

O ajuste fiscal exigirá reformas para lidar com a rigidez orçamentária

Dívida global passará de US\$ 100 trilhões

O FMI recomenda que os países enfrentem os riscos da dívida com políticas fiscais cuidadosamente elaboradas para proteger o crescimento dos países e as famílias

A dívida pública global é "muito alta" e deve quebrar a marca de US\$ 100 trilhões neste ano. Dentre os países onde a dívida está projetada para aumentar ainda mais, estão Brasil, França, Itália, África do Sul, Reino Unido e Estados Unidos. O Fundo Monetário Internacional (FMI) recomenda que os países enfrentem os riscos da dívida com políticas fiscais "cuidadosamente elaboradas" para proteger o crescimento dos países e as famílias vulneráveis, aproveitando o ciclo de flexibilização da política monetária nas principais economias. Apesar disso, o Fundo alerta que a perspectiva fiscal de muitos países pode ser "pior" do que o esperado por três motivos: grandes pressões de gas-

tos, viés otimista nas projeções de dívida e uma parte considerável da dívida não identificada. A dívida não reconhecida é outro risco para o aumento da dívida pública à frente, conforme eles. Análise do FMI feita com mais de 30 países mostrou que 40% da dívida não identificada é fruto de passivos contingentes e riscos fiscais que os governos enfrentam, sendo que a maioria está relacionada a perdas em empresas estatais. "O ajuste fiscal desempenha um papel crucial na contenção dos riscos da dívida", afirmam os autores do estudo do FMI, ponderando que o controle da inflação e, conseqüentemente, a queda dos juros, configuram em um melhor ambiente para as economias absorverem os efeitos de um ajuste fiscal.

PÁGINA 2

PROJETO

Lula quer elevar pena para crimes ambientais

O governo federal anunciou nesta terça-feira (15) o envio de um projeto de lei que endurece as penas para quem comete crime ambiental no país. A proposta aumenta de 4 para 6 anos a pena para delitos como o de atear fogo em vegetação.

PÁGINA 7

FISCALIZAÇÃO

TCU cobra à ANM por sonegação de R\$ 16 bi

O Estado deixou de arrecadar, em oito anos, cerca de R\$ 16,4 bilhões em impostos da mineração por causa de falhas na fiscalização e na cobrança dos impostos do setor. O TCU cobra que a ANM adote medidas.

PÁGINA 7

ATAQUES



O GOVERNO DE ISRAEL ASSEGUROU AOS ESTADOS UNIDOS

que o ataque de retaliação contra o Irã não vai atingir instalações petrolíferas e nucleares, de acordo com autoridades americanas. Israel sugeriu que a retaliação vai mirar alvos militares e de inteligência, mas não forneceu aos Estados Unidos uma lista de possíveis locais que sofrerão ataques. A planejada ofensiva é uma retaliação aos 180 mísseis lançados pelo Irã contra o território de Israel no dia 1º, em resposta ao assassinato do líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah. O Escritório de Direitos Humanos das Nações Unidas exigiu nesta terça-feira que seja feita uma "investigação rápida, independente e completa" sobre um ataque israelense na vila libanesa de Aito.

PÁGINA 5

PRISÕES

ONU detalha violações e crimes da Venezuela

A Missão Internacional Independente da ONU de Apuração de Fatos sobre a Venezuela divulgou um relatório que documenta um aumento profundamente preocupante nas violações dos direitos humanos. O levantamento revela crimes cometidos pelo governo venezuelano.

PÁGINA 5

EXPANSÃO



O CITIGROUP TEVE LUCRO LÍQUIDO DE US\$ 3,2 BILHÕES NO TERCEIRO TRIMESTRE de 2024, queda 9% em comparação ao ganho de US\$ 3,55 bilhões apurado em igual período do ano passado. O Citi anunciou uma colaboração com a Mastercard para oferecer pagamentos internacionais para cartões de débito Mastercard em 14 mercados receptores em todo o mundo, com planos para expansão adicional.

PÁGINA 3

PLANEJAMENTO

Ericsson registrou lucro de US\$ 365,3 milhões

A Ericsson registrou lucro líquido atribuível a acionistas de 3,81 bilhões de coroas suecas (US\$ 365,3 milhões) no terceiro trimestre de 2024. Börje Ekholm, presidente e CEO, disse que o terceiro trimestre marca um período de foco total na execução do plano estratégico.

PÁGINA 3

CRÉDITO

Eve assina contrato de R\$ 500 mi com o BNDES

PÁGINA 4

ÁSIA

Namorada de IA aplica golpe de R\$ 250 milhões

PÁGINA 5

IBOVESPA 131.043,27 ↑ 0,03%

Mais Negociados

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PDG REALT ON NM	0,01	0,00%	0,00
HAPVIDA ON ATZ NM	3,85	0,00%	0,00
AMBEV S/A ON	12,88	-0,31%	-0,04
ASSAI ON NM	7,010	-1,82%	-0,130
ITAUSA PN N1	10,61	+0,47%	+0,05

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
MINUPAR ON	20,00	+7,41%	+1,38
ESTRELA PN	3,73	+6,57%	+0,23
BRB BANCO PN	9,20	+6,48%	+0,56
AMBIPAR ON NM	141,81	+6,44%	+8,58
RECRUSUL PN	1,35	+5,47%	+0,07

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
SEQUOIA LOG ON NM	3,580	-12,04%	-0,490
INFRACOMM ON NM	0,150	-11,76%	-0,020
MERCANTIL PN N1	36,00	-8,86%	-3,50
BAHEMA ON MA	4,77	-7,02%	-0,36
LOG,IN ON NM	29,05	-6,86%	-2,14

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	42.740,42	-0,75%
S&P 500	5.815,26	-0,76%
NASDAQ	18.315,59	-1,01%
DAX 30	19.486,19	-0,11%
FTSE 100	8.249,28	-0,52%
IBEX 35	11.930,20	+0,67%

DÓLAR COMERCIAL
COMPRA 5,656
VENDA 5,657
↑ 1,33%

PESO
COMPRA 0,006
VENDA 0,006
↑ 1,49%

EURO
COMPRA 6,158
VENDA 6,158
↑ 1,19%

LIBRA
COMPRA 7,379
VENDA 7,383
↑ 1,09%

OURO
BM&FBovespa/Grama R\$ 486,77
Comex NY/Onça 2.662,91

AJUSTE FISCAL

Dívida pública global deve exceder US\$ 100 trilhões ainda neste ano

O Fundo alerta que a perspectiva fiscal de muitos países pode ser “pior” do que o esperado por três motivos: grandes pressões de gastos, viés otimista nas projeções e uma parte da dívida não identificada

A dívida pública global é “muito alta” e deve quebrar a marca de US\$ 100 trilhões neste ano, alerta o Fundo Monetário Internacional (FMI), em estudo publicado na terça-feira, 15. Dentre os países onde a dívida está projetada para aumentar ainda mais, estão Brasil, França, Itália, África do Sul, Reino Unido e Estados Unidos, conforme o organismo, com sede em Washington DC.

Neste ano, a dívida pública mundial como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), principal métrica que os investidores avaliam antes de aportar recursos em um país, deve bater os 93%, projeta o FMI. E o Fundo projeta piora à frente. A expectativa é de que alcance os 100% até 2030, 10 pontos percentuais acima do registrado em 2019, ou seja, antes da pandemia.

“Os níveis futuros da dívida pública podem ser ainda maiores do que o projetado, e ajustes fiscais muito maiores do que os projetados atualmente são necessários para estabilizá-la ou reduzi-la com alta probabilidade”, dizem os autores do estudo do FMI Era Dabla-Norris, Davide Furceri, Raphael Lam e Jeta Menkulasi.

O documento faz parte do relatório “Monitor Fiscal”, que será publicado na íntegra, na próxima semana, como parte das reuniões anuais do organismo, que acontecem em Washington DC.

O FMI recomenda que os países enfrentem os riscos da dívida com políticas fiscais “cuidadosamente elaboradas” para proteger o crescimento dos países e as famílias vulneráveis, aprovei-



O FMI alerta que os países precisarão gastar cada vez mais para lidar com o envelhecimento e a saúde; com a transição verde e a adaptação climática

tando o ciclo de flexibilização da política monetária nas principais economias.

Apesar disso, o Fundo alerta que a perspectiva fiscal de muitos países pode ser “pior” do que o esperado por três motivos: grandes pressões de gastos, viés otimista nas projeções de dívida e uma parte considerável da dívida não identificada.

De acordo com os autores, pesquisas anteriores do FMI já alertaram que o discurso fiscal em todo o espectro político tem de inclinar cada vez mais para maiores gastos. “Os países precisarão gastar cada vez mais para lidar com o envelhecimento e a saúde; com a transição verde e a adaptação climática; e com defesa e segurança energética, devido às crescentes tensões geopolíticas”, dizem.

Apesar disso, a experiência sugere que as projeções de dívida tendem a subestimar os resultados reais por uma margem considerável. A proporção da dívida pública em relação ao PIB de determinados países pode aumentar 10 p.p. em cinco anos acima da média projetada, conforme os autores do estudo do FMI.

O Organismo apresenta uma nova estrutura de “dívida em risco” que vincula as atuais condições macrofinanceiras e políticas aos possíveis resultados futuros da dívida. Para isso, analisou 74 países, incluindo o Brasil, além de Estados Unidos, Reino Unido, Japão, China, México, Chile e outros.

Em um cenário severamente adverso, a dívida pública global pode atingir 115% do PIB em

três anos, quase 20 p.p. a mais do que o projetado atualmente, alerta o Fundo. Segundo os autores, isso pode ser devido a várias razões: crescimento mais fraco, condições de financiamento mais apertadas, deslizes fiscais e maior incerteza econômica e política.

“É importante ressaltar que os países estão cada vez mais vulneráveis a fatores globais que afetam seus custos de empréstimos, incluindo repercussões de maior incerteza política em países sistematicamente importantes, como os Estados Unidos”, dizem Dabla-Norris, Furceri, Lam e Menkulasi, no estudo.

A dívida não reconhecida é outro risco para o aumento da dívida pública à frente, conforme eles. Análise do FMI feita com mais de 30 países mostrou que

40% da dívida não identificada é fruto de passivos contingentes e riscos fiscais que os governos enfrentam, sendo que a maioria está relacionada a perdas em empresas estatais.

“O ajuste fiscal desempenha um papel crucial na contenção dos riscos da dívida”, afirmam os autores do estudo do FMI, ponderando que o controle da inflação e, conseqüentemente, a queda dos juros, configuram em um melhor ambiente para as economias absorverem os efeitos de um ajuste fiscal.

No caso de países como Brasil, Índia e África do Sul, o ajuste fiscal exigiria reformas para lidar com a rigidez orçamentária e realocar as despesas para onde elas são mais necessárias. Ainda especificamente sobre o País, o Fundo afirma que a conten-

ção de isenções fiscais ajudaria a mobilizar receitas de forma duradoura para financiar necessidades de desenvolvimento e o alívio da pobreza.

Na visão dos autores, atrasar um aperto nas contas públicas seria “custoso e arriscado”. “Em países onde a dívida está projetada para aumentar ainda mais - como Brasil, França, Itália, África do Sul, Reino Unido e Estados Unidos - atrasar a ação tornará o ajuste necessário ainda maior”, afirmam. Além disso, a demora por um ajuste fiscal pode gerar reações adversas no mercado, restringindo o espaço de manobra das economias diante de turbulências.

A análise do FMI sugere que os ajustes fiscais atuais - em média, de 1% do PIB ao longo de seis anos até 2029 - mesmo se implementados integralmente, não são suficientes para reduzir significativamente ou estabilizar a dívida com alta probabilidade. Um aperto cumulativo de cerca de 3,8% do PIB ao longo do mesmo período seria necessário para uma economia média garantir uma alta probabilidade de estabilização da dívida, calcula o Fundo.

Em países nos quais a dívida não está projetada para se estabilizar, como China e EUA, o esforço necessário em termos de ajuste fiscal é substancialmente maior, alertam os autores. “Mas essas duas maiores economias têm um conjunto muito mais rico de escolhas políticas do que outros países”, ponderam.

Mas o quadro fiscal global não é homogêneo, diz o FMI. Conforme as projeções do Fundo, a dívida pública deve se estabilizar ou diminuir para dois terços dos países analisados.

CAPTAÇÃO

Campos Neto diz que portabilidade de crédito no Open Finance deverá começar em 2025

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse que a portabilidade de crédito via Open Finance começará a ser regulamentada este ano e a sua implementação deve começar em 2025.

“Também estamos trabalhando em outros avanços regulatórios, como a portabilidade de investimentos e funcionalidade para empresas”, ele disse, em um vídeo gravado para a abertura de um evento promovido pela empresa Uqbar.

Segundo o presidente do BC, a crescente integração entre os quatro blocos da agenda de inovação da autarquia - que, além do Open Finance, inclui o Pix, o Drex e a internacionalização da

moeda - permitirá o surgimento de novos produtos e serviços, a exemplo de operações de crédito via Pix.

O diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) Daniel Maeda afirmou nesta terça-feira, 15, que o regulador do mercado de capitais espera que a versão específica do Open Finance, o Open Capital Markets, deve ter escopo diverso da iniciativa tocada pelo Banco Central no universo bancário, mas com a mesma finalidade: ampliar a competição e o acesso ao mercado.

“Quando se faz esse paralelismo do Open Finance para o Open Capital Markets, no nosso mundo do mercado de capi-

tais isso vai se materializar em dimensões um pouco diferentes, nem tudo vai ser manifesto da mesma forma”, afirmou ele durante o Uqbar Day, evento promovido de forma online nesta terça.

O diretor afirmou que o objetivo da CVM é tornar mais fácil o entendimento do mercado pelos investidores. Nos últimos anos, o número de investidores nos mercados brasileiros aumentou, mas ele acredita que ainda existe potencial para expansão.

“O primeiro passo mais importante de tudo é democratizar acesso, capilarizar o mercado de capitais”, afirmou ele. Esse trabalho inclui viabilizar a capta-

ção de recursos por empresas de menor porte, que em geral não têm o mesmo patamar de acesso aos investidores que as grandes companhias.

O chefe de departamento do Banco Central Mardilson Queiroz disse que mesmo ainda inconcluso, o Open Finance tem números de uso relevantes. “A rede tem mais de 2 bilhões de chamados de compartilhamento por semana”, afirmou ele.

Prestes a ganhar novo formato, a estrutura de governança do Open Finance teve montagem desafiadora, de acordo com o Banco Central. Embora o regulador estabeleça as diretrizes do sistema, a gestão fica a cargo de um ente privado, formado pelos

participantes, e com representação para bancos, fintechs e outras estruturas do mercado financeiro.

“Outro desafio foi montar essa estrutura de governança. Como colocamos em uma mesa redonda os concorrentes, para decidir e definir?”, disse o chefe de departamento do BC.

No início do ano que vem, a estrutura definitiva de governança do Open Finance entrará em funcionamento, com espaço para empresas de tecnologia que operam ferramentas como os iniciadores de pagamentos. A definição sobre a estrutura é feita pelo BC, que determina quais prioridades o grupo deve ter.

Queiroz afirmou que neste

momento, o desafio do sistema é melhorar o desempenho dos compartilhamentos. “Temos uma máquina de produção de APIs conexões, bem constituída, mas precisamos melhorar o desempenho, que tem a ver com tempo de resposta e a própria interoperabilidade.”

O CEO e cofundador da Iniciador, Marcelo Martins, afirmou que mesmo com pontos a implementar, o Open Finance produziu efeitos de negócio no sistema. “100% do crédito do Mercado Pago é feito via Open Finance”, disse ele, que mencionou ainda que instituições tradicionais, como o Banco do Brasil, também têm operações feitas através do sistema.

Diário ComercialPropriedade da Editora **Diário Comercial** Ltda.FILIADO À:
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS**DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA**
Bruna Luz**DIRETOR EXECUTIVO**
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo • vipalermo@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br

PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Junior • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsjp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

**ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL****REPRESENTANTE COMERCIAL****Rio de Janeiro**
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906**São Paulo**
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000**Brasília**
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (21) 33806038**Belo Horizonte**
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232**Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01**
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 | Ed. Led Office - Águas Claras CEP: 71950-770
Telefone: (61) 999858648 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

PARCERIAS

Citigroup apresentou lucro de US\$ 3,2 bilhões no 3º trimestre

As provisões para eventuais perdas com crédito saltaram 45% e chegaram a US\$ 2,68 bilhões

O Citigroup teve lucro líquido de US\$ 3,2 bilhões no terceiro trimestre de 2024, queda 9% em comparação ao ganho de US\$ 3,55 bilhões apurado em igual período do ano passado, segundo balanço divulgado na terça-feira, 15. O lucro por ação do banco americano entre julho e setembro somou US\$ 1,51, superando o consenso de analistas consultados pela FactSet, de US\$ 1,31.

Já a receita do Citigroup teve avanço anual de 1% no trimestre, a US\$ 20,32 bilhões, valor que ficou acima da projeção da FactSet, de US\$ 19,86 bilhões. As provisões para eventuais perdas com crédito saltaram 45% na comparação com igual período do ano anterior, subindo de US\$ 1,84 bilhão para US\$ 2,68 bilhões.

Reagindo ao balanço, a ação do Citigroup subiu 2,14% nos negócios do pré-mercado em Nova York às 9h10 (de Brasília).

O Citi anunciou uma colaboração com a Mastercard para oferecer pagamentos internacionais para cartões de débito Mastercard em 14 mercados receptores em todo o mundo, com planos para expansão adicional. Aproveitando os serviços de pagamento WorldLink® do Citi e os recursos de transferência de dinheiro do Mastercard Move, os clientes do Citi podem fazer pagamentos quase instantâneos e de valor total, com disponibilidade quase 24 horas por dia, 7 dias por semana para os consumidores usando os detalhes do cartão de débito Mastercard.

O Citi é o primeiro banco global a permitir pagamentos internacionais para cartões de débito Mastercard usando o Mastercard Move, aproveitando a velocidade, a segurança e a transparência da rede Mastercard. A solução integrada está disponível para clientes do Citi em 65 países de origem nos setores corporativo, de instituições



Divulgação

O Citi anunciou uma colaboração com a Mastercard para oferecer pagamentos internacionais para cartões de débito Mastercard em 14 mercados receptores em todo o mundo, com planos para expansão

financeiras, de comércio eletrônico e comercial, e ajuda a tornar os pagamentos internacionais mais simples, rápidos, eficientes e acessíveis.

A solução oferece suporte a uma variedade de casos de uso, incluindo pagamentos de seguros, reembolsos de companhias aéreas e pagamentos de compensação, pagamentos sob demanda para trabalhadores autônomos e trabalhadores da economia de bicos, pagamentos de comércio eletrônico para comerciantes e reembolsos para clientes.

Esta solução inovadora aprofunda a colaboração do Citi com a Mastercard ao permitir recur-

sos aprimorados de movimentação de dinheiro e acesso para clientes do Treasury and Trade Solutions (TTS) do Citi. "A medida que a economia global se torna cada vez mais digital, nosso investimento contínuo no futuro dos pagamentos internacionais nos ajuda a impulsionar a inovação em escala para nossos clientes.

Esta colaboração se baseia no relacionamento de longa data com a Mastercard e alavanca a força de nossa rede proprietária global combinada com outros recursos líderes de carteira digital e cartão para permitir que nossos clientes façam pagamentos internacionais como se

não houvesse fronteiras, moedas ou restrições", disse Debo-pama Sen, Chefe de Pagamentos, Citi Services.

A Mastercard é uma das maiores redes de pagamento, com mais de 3,4 bilhões de cartões de débito, pré-pagos e de crédito emitidos globalmente no segundo trimestre de 2024. A presença mundial da Mastercard ajudará a ampliar o alcance do Citi globalmente.

"Pagamentos internacionais são uma área-chave de crescimento para a Mastercard, e estamos constantemente inovando para fornecer soluções de pagamento que atendam melhor às necessidades de nossos clien-

tes globais. Ao fornecer transferências internacionais rápidas e seguras para cartões de débito Mastercard, nossa colaboração com o Citi marca um marco significativo ao trazer a facilidade e a simplicidade dos pagamentos domésticos para o espaço de pagamento internacional", disse Alan Marquard, Chefe de Soluções de Transferência da Mastercard.

Esta colaboração expande a oferta de pagamento do Citi, com destinos de pagamento abrangendo Europa, Ásia, África, América Latina, bem como transferências domésticas nos EUA. O WorldLink Payments Services permite que os clientes façam

pagamentos internacionais em mais de 135 moedas e em vários métodos de pagamento, desde transferências tradicionais e ACH até pagamentos instantâneos internacionais, carteiras digitais e agora cartões de débito Mastercard.

O Mastercard Move fornece aos bancos, instituições financeiras não bancárias, desembolsadores diretos e seus clientes soluções rápidas e seguras de transferência de dinheiro, nacional e internacionalmente. O alcance geral do Mastercard Move abrange mais de 180 países e mais de 150 moedas, com acesso a mais de 95% da população bancarizada do mundo.

PROGRAMAÇÃO

Ericsson registrou lucro líquido de US\$ 365 milhões no 3º trimestre

A Ericsson registrou lucro líquido atribuível a acionistas de 3,81 bilhões de coroas suecas (US\$ 365,3 milhões) no terceiro trimestre de 2024, que contrasta com prejuízo de 30,67 bilhões de coroas suecas de igual período do ano passado, segundo balanço divulgado nesta terça-feira, 15.

As vendas da companhia sueca de equipamentos para telecomunicações caíram 4,2% na mesma comparação, a 61,79 bilhões de coroas suecas.

Os resultados da Ericsson superaram as expectativas de analistas consultados pela FactSet, que previam lucro de 3,15 bilhões de coroas suecas sobre vendas de 61,61 bilhões de coroas suecas.

Börje Ekholm, Presidente e CEO, disse que o terceiro trimestre marca um período de foco total na execução do plano estratégico. "Vemos um aumento no ímpeto do cliente em torno de redes programáveis que oferecem desempenho diferenciado e esperamos mais tração, apoiada pela JV

que anunciamos com 12 das maiores operadoras de telecomunicações do mundo."

Segundo ele, a JV agregará APIs de rede, acelerando a comercialização e gerando novas oportunidades para monetização de rede. "Vemos sinais de que o mercado geral está se estabilizando com a América do Norte, como um mercado pioneiro, retornando ao crescimento. Embora o desenvolvimento do mercado esteja, em última análise, nas mãos de nossos clientes, estamos trabalhando para oferecer excelência operacional, independentemente das condições de mercado. Nossos resultados do terceiro trimestre demonstram nosso progresso, com forte expansão da margem bruta e fluxo de caixa livre, beneficiando-se de nossa disciplina comercial e ações de eficiência operacional."

Ekholm espera que as vendas de redes se estabilizem ano a ano durante o quarto trimestre, impulsionadas pelo bom crescimento contínuo na

América do Norte. No entanto, ele prevê mais pressão de vendas no curto prazo na Enterprise, à medida que a empresa se concentra em segmentos lucrativos. "Lançamos um novo portfólio de produtos empresariais 5G privados no terceiro trimestre para dar suporte à melhoria de desempenho, o que continua sendo uma prioridade fundamental."

A Ericsson concluiu a atualização automatizada dos principais aplicativos de rede e infraestrutura de nuvem da Vodafone Omã. A atualização preparou a Vodafone Omã para implantar serviços 5G autônomos e 5G para seus clientes consumidores e empresariais. O escopo envolveu a atualização da rede principal de ponta à ponta da Ericsson e infraestrutura de nuvem, gerenciamento de rede, gerenciamento de ciclo de vida e sistemas de suporte empresarial (BSS) em um único projeto, marcando-o como um primeiro significativo na região do Conselho de Cooperação



Divulgação

Ekholm: "vemos um aumento no ímpeto do cliente por redes programáveis"

do Golfo (GCC). A rede principal da Vodafone Omã consiste em funções virtuais e em contêineres implementadas na infraestrutura de nuvem atualizada, incluindo Evolved Packet Core (EPC), Home Subscriber Server (HSS), Unified Data Management (UDM), IP Multimedia Subsystem (IMS),

funções Policy and Charging Rules (PCRF) e aplicativos Management and Orchestration (MANO). A atualização das funções de rede principal foi habilitada pelo pipeline de automação da Ericsson com intervenção humana mínima. A atualização por meio deste modelo significa que a Voda-

fone Oman está bem configurada para reduzir riscos na rede devido à capacidade de implementar os patches e correções de segurança mais recentes. Também facilita o desempenho aprimorado e o tempo de retorno mais rápido em comparação aos processos manuais.

O Ericsson Orchestrator, que lidou com as atualizações dos outros elementos do projeto, fornece pacotes de automação que permitirão que especialistas das duas empresas facilitem uma transição suave para as tecnologias mais recentes, capacitando o provedor de serviços de comunicação (CSP) a fornecer experiências de rede excepcionais aos seus clientes. A equipe de entrega de serviços da Ericsson conduziu a atualização em colaboração com a Vodafone Oman e a equipe de serviços de rede gerenciados da Ericsson, que supervisiona as operações de rede. Este esforço conjunto teve como objetivo aprimorar o desempenho e a confiabilidade da rede da Vodafone Oman, garantindo uma melhor experiência para seus usuários. O processo foi concluído perfeitamente, sem interrupções no tráfego de rede. Mais de 200 atividades de nó ativo (LNA) foram executadas 100% corretamente na primeira vez, com zero incidentes e escalonamentos.

INOVAÇÃO

Eve assina contrato com BNDES de R\$ 500 milhões

A empresa planeja expandir a capacidade de produção do local em uma base modular, em quatro fases de 120 aeronaves cada

A Eve Air Mobility anunciou na terça-feira, 15, a assinatura de um contrato de financiamento de R\$ 500 milhões com o Banco Nacional de Desenvolvimento do Brasil (BNDES) para o desenvolvimento da fábrica de sua aeronave elétrica de decolagem e pouso vertical (eVTOL) em Taubaté, no Estado de São Paulo.

Sob o programa BNDES Mais Inovação, o acordo reforça o compromisso do BNDES em apoiar projetos inovadores e os avanços da Eve na promoção da indústria de mobilidade aérea urbana (UAM) e da descarbonização na aviação, destaca a empresa em nota.

“Estamos profundamente gratos pelo apoio e confiança contínuos que o BNDES demonstrou à Eve enquanto avançamos em nossa missão de reimaginar a mobilidade através de experiências de voo urbano eficientes e sustentáveis”, destaca Johann Bordais, CEO da Eve.

Segundo o executivo, o financiamento será fundamental para a instalação de uma unidade de produção do eVTOL, que não apenas será a primeira do gênero no Brasil, mas também alimentada por energia limpa e renovável.

Para a Eve, o financiamento para a instalação da fábrica representa um progresso na parceria entre Eve e BNDES, iniciada com a aprovação de uma linha de crédito de R\$ 490 milhões em 2022 para apoiar o programa de desenvolvimento do eVTOL da Eve. O novo acordo de financiamento é estruturado por meio de subcréditos de fontes nacionais e internacionais, incluindo



A Eve possui o maior backlog do setor, com cartas de intenção (LOI) para 2.900 eVTOLs de 30 clientes em 13 países

os fundos em moeda estrangeira do banco, com um prazo de 16 anos.

Com uma produção total esperada para até 480 aeronaves por ano, a Eve planeja expandir a capacidade de produção do local em uma base modular, em quatro fases de 120 aeronaves cada. Isto proporcionará uma metodologia de investimento disciplinada e eficiente em termos de capital à medida que o mercado cresce.

O diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES, José Luís Gordon, afirma que “financiar a capacidade de inovação, com uma solução disruptiva para mobilidade urbana e descarbonização, é o objetivo do Plano Mais Produção, braço de financiamento da Nova Indústria Brasil, para impulsionar o setor produtivo

e garantir que o desenvolvimento tecnológico e a produção ocorram em território nacional, gerando mais empregos qualificados e renda dentro do país”.

A Eve possui o maior backlog do setor, com cartas de intenção (LOI) para 2.900 eVTOLs de 30 clientes em 13 países, representando um potencial de US\$ 14,5 bilhões em receita. Sua aeronave utiliza oito rotores dedicados para voo vertical e asas fixas para voar em cruzeiro, sem nenhuma alteração na posição desses componentes durante o voo. O conceito inclui um propulsor elétrico alimentado por motores elétricos duplos que fornecem redundância de propulsão para garantir os mais altos níveis de desempenho, segurança, despachabilidade e baixos custos operacionais.

Além de lançar seu primeiro protótipo em escala real em julho, a empresa selecionou todos os principais fornecedores de seu eVTOL. À medida que a Eve avança para a próxima fase do desenvolvimento, o protótipo do eVTOL vem realizando uma série de testes projetados para avaliar meticulosamente todos os aspectos da operação e desempenho da aeronave, desde as capacidades de voo até os recursos de segurança.

A Eve se beneficia dos 55 anos de experiência da Embraer em projetar, certificar e fabricar aeronaves de última geração. Seus clientes também se beneficiarão com acesso a uma rede global de serviços e apoio já existente, o que é essencial para garantir operações de mobilidade aérea urbana confiáveis, seguras e eficientes.

DINHEIRO ESQUECIDO

Prazo para solicitar resgate termina nesta quarta-feira

O último dia para resgatar o “dinheiro esquecido” no Sistema de Valores a Receber do Banco Central é nesta quarta-feira, 16 de outubro. Após essa data, o dinheiro poderá ser incorporado aos cofres do Tesouro Nacional, segundo o Ministério da Fazenda.

O Banco Central alerta que o único site para a consulta dos valores a receber é o <https://valoresareceber.bcb.gov.br>. É preciso acessar o site e clicar em “Consulte se tem valores a receber”. Insira os dados e clique em “Consultar”. Após a consulta mostrar que há valores a receber, o cidadão deverá clicar em “Acessar o SVR” e, se não houver fila de espera, ele será direcionado para a página de login gov.br. Para acessar os valores do usuário (pessoa física) ou de pessoas falecidas, a conta gov.br precisa ser de nível prata ou ouro;

Para acessar valores de pessoa jurídica, a conta gov.br precisa ter o CNPJ e a vinculação (qualquer tipo de vínculo, exceto Colaborador).

O usuário terá 30 minutos dentro do sistema. Ele irá acessar a opção “Meus Valores a Receber”. Depois, deve ler e aceitar o Termo de Ciência e ver na tela o valor a receber, o nome e os dados de contato da instituição que devolverá o valor, além da origem (tipo) do valor. Em alguns casos, aparecerão também outras informações.

O usuário deve clicar em “Solicitar por aqui” e selecionar uma chave Pix, caso em que a instituição devolverá o valor em até 12 dias úteis - não necessariamente via Pix (pode ser realizada TED, por exemplo). É importante guardar o número de protocolo.

O Sistema de Valores a Receber (SVR) é um serviço do Banco Central no qual o cidadão pode consultar se ele, sua empresa ou alguma pessoa falecida tem “dinheiro esquecido” em algum banco, consórcio ou outra instituição - e, caso tenha, ele pode solicitar o valor.

A maior quantia resgatada até agora foi por uma empresa (pessoa jurídica), que, em março de 2023, sacou R\$ 3,3 milhões.

Em julho de 2023, ocorreu o maior saque para pessoa física: R\$ 2,8 milhões.

Uma única pessoa tem R\$ 11,2 milhões disponíveis para saque, segundo divulgou o BC em setembro. Já entre pessoas jurídicas, o valor mais alto disponível é de R\$ 30,4 milhões.

Para solicitar e receber esses valores, no entanto, é preciso ser herdeiro, testamentário, inventariante ou representante legal da pessoa falecida. O processo para consulta é similar ao descrito acima, mas, na hora de preencher os dados solicitados, é preciso colocar o CPF e data de nascimento da pessoa falecida.

Na hora de solicitar o resgate, o procedimento também é similar: primeiro é preciso entrar no site do Banco Central e clicar em “Acesse o Sistema de Valores a Receber”. Se não houver fila de espera, o usuário será direcionado para a página de login. É preciso fazer login com a conta gov.br do herdeiro/inventariante que está acessando o sistema, e não a conta do falecido. A conta precisa ser de nível prata ou ouro. Uma vez identificado, acesse a opção “Valores para Pessoas Falecidas” dentro do sistema e digite o CPF e a data de nascimento da pessoa falecida.

O passo seguinte é o momento do Termo de Responsabilidade de consulta a dados de terceiros: é preciso confirmar que está autorizado a realizar a consulta por ser herdeiro (a), testamentário (a), inventariante ou representante legal da pessoa falecida. Só pessoas em uma dessas condições estão autorizadas a solicitar o resgate dos valores.

Para solicitar o resgate, o usuário deverá entrar em contato diretamente com a instituição, por meio dos dados de contato fornecidos no sistema, e perguntar sobre a documentação necessária para receber o valor da pessoa falecida. O resgate será feito de acordo com o que for combinado com a instituição financeira. O usuário poderá exibir o comprovante, que contém as informações sobre o valor a receber em nome da pessoa falecida.

DIREITO EMPRESARIAL

VALIDADE JURÍDICA DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS FORA DO SISTEMA ICP-BRASIL

por Cesar Fueta



Pós-graduado em direito empresarial e direito digital, mestrando em análise econômica do direito, advogado de empresa pública e sócio do escritório Valadares e Fueta Advogados

EM UMA DECISÃO importante para advogados e empresários, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu a validade de assinaturas eletrônicas realizadas fora da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme previsão da Medida Provisória (MP) 2.200-2/2001. A decisão da Terceira Turma, sob a relatoria da ministra Nancy Andrighi, traz segurança quanto à forma como documentos eletrônicos são tratados no Brasil. Trata-se de decisão que fortalece a aceitação de assinaturas eletrônicas avançadas em plataformas privadas, oferece maior flexibilidade nas transações comerciais e reduz a burocracia nos negócios. Neste artigo vamos entender melhor o caso.

O PROCESSO ANALISADO pelo STJ teve origem em uma ação de busca e apreensão ajuizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. A cédula de crédito bancário utilizada no processo foi assinada eletronicamente por meio da plataforma Clicksign, uma entidade privada de autenticação não credenciada pela ICP-Brasil. A ação havia sido extinta porque a assinatura eletrônica do contrato não havia sido realizada com um certificado digital emitida pelo ICP-Brasil. O entendimento que estava prevalecendo era de que a assinatura por meio da Clicksign não seria suficientemente segura para garantir a autenticidade e evitar fraudes.

O PONTO CENTRAL da controvérsia, portanto, girou em torno da validade jurídica de assinaturas eletrônicas realizadas por entidades privadas que não fazem parte da ICP-Brasil. A decisão do STJ reformou a decisão do Tribunal de origem e determinou

o prosseguimento da ação de busca e apreensão. Isso porque a assinatura eletrônica foi considerada válida. Segundo o entendimento do STJ, assinaturas eletrônicas realizadas em plataformas privadas, como a Clicksign, são juridicamente válidas, desde que as partes concordem em assinar por este meio e que seja assegurada a autenticidade e integridade da assinatura eletrônica no contrato.

A VERDADE É QUE A DECISÃO do STJ confirma o que já estava previsto desde 2001 pela MP 2.200-2/2001, que regula a validade jurídica de documentos eletrônicos no Brasil. O artigo 10 da referida medida estabelece que assinaturas digitais certificadas pelo sistema ICP-Brasil presumem-se verdadeiras em relação aos signatários. Além disso, o parágrafo segundo do mesmo artigo permite a utilização de outras formas de comprovação da autoria e integridade de documentos eletrônicos, desde que aceitas pelas partes.

A MP 2.200-2/2001 foi editada em um período de transição tecnológica, com o intuito de facilitar o uso de documentos eletrônicos em transações comerciais e jurídicas, sem modificar as regras aplicáveis aos documentos físicos. Na prática, isso significa que o legislador brasileiro já havia previsto desde 2001 a possibilidade de que as partes envolvidas em transações eletrônicas pudessem optar por métodos alternativos de assinatura e autenticação, mesmo que fora do sistema ICP-Brasil.

NESTE TÓPICO, CONVÉM esclarecer que a legislação brasileira prevê diferentes níveis de segurança e força probatória para as assinaturas eletrônicas, classificados em três modalida-

des principais: a simples, a avançada e a qualificada.

NO CASO DA ASSINATURA eletrônica simples, a identificação do signatário é feita por meio de dados simples, como um login e senha. Não há garantias sobre a autenticidade do documento ou a integridade da assinatura. Já a assinatura eletrônica avançada utiliza mecanismos mais sofisticados de autenticação, como múltiplos fatores (senha, códigos enviados via SMS, biometria, etc.), e oferece maior segurança, embora não seja certificada pela ICP-Brasil. Essa foi a modalidade utilizada no caso analisado pelo STJ, através da plataforma Clicksign. Por fim, a assinatura eletrônica qualificada é aquela certificada pelo sistema ICP-Brasil, equiparada à assinatura manuscrita, com presunção absoluta de autoria e integridade. Essa modalidade oferece o mais alto nível de segurança.

É RELEVANTE OBSERVAR que o aspecto técnico de controle de autenticidade e integridade das assinaturas eletrônicas também foi tratado na decisão do STJ. Para garantir que um documento e a assinatura eletrônica não sejam alterados após sua emissão, utiliza-se uma tecnologia chamada “função hash”, que gera uma espécie de “impressão digital” do documento. A função hash mais utilizada atualmente é a SHA-256, que assegura que qualquer modificação no conteúdo do documento ou da assinatura resulte em uma alteração significativa no código gerado, tornando perceptível qualquer tentativa de adulteração.

NO CASO APRECIADO PELO STJ, o relatório técnico mostrou que a

cédula de crédito bancário foi assinada eletronicamente e submetida a múltiplos fatores de autenticação (e-mail, telefone celular, CPF, entre outros), o que garantiu a integridade do documento durante todo o processo de assinatura.

A DECISÃO DO STJ não nega que a assinatura eletrônica qualificada, certificada pelo ICP-Brasil, oferece maior força probatória. Porém, o Superior Tribunal de Justiça reafirma que as assinaturas avançadas, mesmo fora do sistema oficial, possuem validade jurídica, sendo responsabilidade das partes envolvidas escolher o método de assinatura que consideram mais apropriado para a transação em questão. Portanto, é fundamental que haja cláusula contratual em que as partes concordam com a utilização desta forma de assinatura eletrônica.

A DECISÃO PROFERIDA pelo STJ é muito bem-vinda no meio jurídico e empresarial, pois reflete uma evolução jurisprudencial no reconhecimento da validade de documentos e assinaturas eletrônicas no Brasil. Nos últimos anos, o tribunal tem progressivamente flexibilizado as exigências tradicionais de formalidade, como a assinatura manuscrita, em favor de novas formas de autenticação, compatíveis com a era digital. Embora a assinatura qualificada pelo ICP-Brasil continue sendo a modalidade com maior força probatória, a possibilidade de utilizar outras formas de autenticação reforça a autonomia privada e facilita as transações eletrônicas no Brasil, mantendo padrões adequados de segurança e confiabilidade, reduzindo os custos de transação nos negócios empresariais.

PROMESSAS

Israel afirma que não pretende atacar instalações de petróleo

O governo de Israel sugeriu que a retaliação vai mirar alvos militares e de inteligência, mas não forneceu aos EUA uma lista de possíveis locais que sofrerão ataques

O governo de Israel assegurou aos Estados Unidos que o ataque de retaliação contra o Irã não vai atingir instalações petrolíferas e nucleares, de acordo com autoridades americanas.

O compromisso foi assumido pelo primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, em conversa telefônica com o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, na semana passada. O secretário de Defesa americano, Lloyd Austin, ouviu a mesma promessa do secretário de Defesa israelense, Yoav Gallant, segundo as fontes americanas. Israel sugeriu que a retaliação vai mirar alvos militares e de inteligência, mas não forneceu aos Estados Unidos uma lista de possíveis locais que sofrerão ataques.

A planejada ofensiva é uma retaliação aos 180 mísseis lançados pelo Irã contra o território de Israel no dia 1º, em resposta ao assassinato do líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah.

"Ouvimos a opinião dos EUA, mas tomaremos as nossas decisões finais com base nos nossos interesses nacionais", afirmou o gabinete de Netanyahu em comunicado.

Os ataques lançados por Israel contra localidades no sul da Faixa de Gaza mataram 15 pessoas nesta terça-feira, 15, segundo autoridades palestinas. Em Beni Suhaila, ao menos dez pessoas de uma mesma família morreram na explosão de uma residência. Três crianças e uma mulher estão entre as vítimas. Em Fakhari, na mesma região, um ataque a uma casa matou cinco pessoas, incluindo três crianças e uma mulher.

O Escritório de Direitos Humanos das Nações Unidas exigiu nesta terça-feira que seja feita uma "investigação rápida, independente e completa" sobre um ataque israelense que na segunda-feira matou 22 civis na vila libanesa de Aito, no norte.

Em declarações a jornalistas,



Benjamin Netanyahu assegurou aos Estados Unidos que o ataque de retaliação contra o Irã não vai atingir instalações petrolíferas e nucleares

em Genebra, o porta-voz, Jeremy Laurence, citou relatos de que 12 mulheres e duas crianças estariam entre as vítimas do ataque a um prédio residencial de quatro andares.

Ele defendeu que esses fatores requerem uma investigação rápida, independente e completa em meio à preocupação com questões como leis da guerra, além dos princípios de distinção, proporcionalidade e proporcionalidade.

A Agência da ONU para Refugiados, Acnur, revelou que a piora da crise com a intensificação dos ataques aéreos israelenses no Líbano já deslocou 1,2 milhão de pessoas.

Os dados confirmados pelo Governo do Líbano ilustram como a propagação dos ataques tem um impacto cada vez mais arrasador sobre os civis

no país, levando mais pessoas a fugir para o país vizinho, a Síria.

Com o número de deslocados aumentando a cada dia, pelo menos 20 aldeias no sul do Líbano receberam ordens de evacuação na segunda-feira. Um quarto do território libanês está agora sob ordens de evacuação militar israelense.

O Acnur alerta que muitas famílias fogem para espaços públicos abertos em desespero para escapar das bombas, mas enfrentam dificuldades para encontrar abrigo.

Vários sírios, que antes buscavam segurança ao fugir para salvar suas vidas no Líbano, compõem 70% das 283 mil pessoas que cruzaram a fronteira do Líbano. A proporção restante é de libaneses e cidadãos de outras nacionalidades.

A agência destaca que famí-

lias estão "vivendo em circunstâncias perigosas" e que a piora do conflito agrava os efeitos psicológicos na população, particularmente entre crianças e jovens.

Uma declaração conjunta do Fundo da ONU para a Infância, Unicef, e do Programa Mundial de Alimentos, PMA, ressalta que é preciso dar resposta humanitária urgente às vítimas.

Três dias de uma avaliação ao Líbano permitiram que especialistas das duas agências pudessem testemunhar a destruição, o medo e a confusão das pessoas para as quais o futuro permanece incerto com seu país sob fogo.

A nota sublinha que "a guerra que o mundo queria evitar no Líbano está acontecendo agora e já desencadeou uma catástrofe".

Na visita a abrigos e acampamentos informais de tendas houve contato com afetados, autoridades governamentais e parceiros da sociedade civil que atuam 24 horas por dia para responder às necessidades.

As agências dizem ter acompanhado relatos individuais de deslocamento forçado e múltiplos obstáculos, incluindo desafios no posto de controle de Masnaa. A via é usada por centenas de milhares de pessoas que cruzam para a Síria.

O comunicado indica ainda que quase todas as crianças no Líbano sofreram efeitos dos ataques de alguma forma seja como vítimas de bombardeios ou pela perda de entes queridos, casas, educação ou pela incerteza com a iminente piora da pobreza.

TORTURA

ONU detalha crimes do governo da Venezuela

A Missão Internacional Independente da ONU de Apuração de Fatos sobre a Venezuela divulgou nesta terça-feira um novo relatório que documenta "em grande detalhe" um aumento "profundamente preocupante" nas violações dos direitos humanos.

Segundo a Missão, o levantamento "documenta múltiplas e crescentes violações e crimes cometidos pelo governo venezuelano, forças de segurança e grupos civis armados pró-governo antes, durante e depois das controversas eleições presidenciais de julho".

O comunicado emitido nesta terça-feira afirma que "estas violações incluem detenções arbitrárias, tortura, desaparecimentos forçados de curta duração e violência sexual, que são levadas a cabo como parte de um plano coordenado para silenciar os opositores ou aqueles considerados como tal".

Entre as vítimas estão crianças e adolescentes, além de pessoas com deficiência. A Missão informou que as pessoas detidas são ameaçadas, inclusive com tortura, para que se incriminem por atos que constituem crimes graves como o terrorismo.

A falta de provas e a ausência de advogados colocam as vítimas numa posição particularmente vulnerável, uma vez que a autoincriminação pode levar a penas de prisão desproporcionalmente elevadas.

O relatório adiciona que é particularmente grave a situação das crianças e adolescentes detidos, que enfrentam as mesmas ameaças e não recebem as medidas especiais de proteção exigidas pelo direito internacional.

Durante o período pós-eleitoral, a Missão obteve informações sobre a detenção de 158 crianças, sendo 130 meninos e 28 meninas, durante ou após os protestos.

O relatório confirma a conclusão de que algumas das graves violações dos direitos humanos investigadas durante este período foram cometidas seguindo a mesma linha de conduta anteriormente classificada pela Missão como crimes contra a humanidade.

Além disso, estas violações, cometidas com intenção discriminatória, constituem perseguição por motivos políticos com base na identidade das vítimas.

Segundo a Missão, 25 pessoas foram mortas por armas de fogo nos recentes atos de violência. Outras centenas de pessoas ficaram feridas e milhares foram detidas simplesmente por exercerem o seu direito fundamental à liberdade de expressão.

As detenções arbitrárias investigadas pelo órgão foram realizadas em espaços públicos, nas residências, nos locais de trabalho e no aeroporto. As prisões ocorridas nas vias públicas foram perpetradas, em sua maioria, por agentes de segurança do Estado estavam em vans sem placa.

Em vários dos incidentes, essas vans bloquearam a passagem de veículos onde estavam as pessoas que iriam prender e as levaram algemadas sob a mira de armas.

Geralmente, esses funcionários do governo não usavam uniformes nem portavam identificação. Ao serem presos, muitos dos detidos não foram informados do motivo nem lhes foi apresentado um mandado de prisão.

A Missão reitera o seu apelo ao Estado para que liberte todas as pessoas detidas arbitrariamente e respeite a integridade física e psicológica delas, bem como o direito ao devido processo legal.

CRIPOMOEDAS

Namorada de IA aplica golpe de R\$ 250 milhões na Ásia

Um esquema de romance falso utilizando deepfakes (vídeos criados por inteligência artificial) para enganar homens em toda a Ásia resultou em um prejuízo de mais de US\$ 46 milhões (cerca de R\$ 250 milhões) às vítimas. A polícia de Hong Kong prendeu 27 suspeitos de integrar a quadrilha responsável pelo golpe, que usava videochamadas falsas para atrair as vítimas e convencê-las a investir em uma plataforma fraudulenta de criptomoedas.

Os deepfakes têm se tornado uma ferramenta poderosa para golpes online. A tecnologia permite criar vídeos incrivelmente realistas, dificultando a identificação da falsidade. Celebidades como Pedro Bial, William Bonner, Drauzio Varella, Cesar Tralli e Anitta tor-

naram-se vítimas de golpes que usam deepfakes para fins publicitários enganosos. No caso do golpe da "namorada de IA", os deepfakes foram usados para enganar as vítimas, fazendo-as acreditar que estavam conversando com mulheres reais, mesmo durante videochamadas.

"Apesar de participarem de videochamadas, as vítimas continuaram acreditando que estavam construindo um relacionamento romântico com mulheres supostamente superiores", disse o superintendente sênior Fang Chi-kin, chefe da unidade regional de crimes de New Territories South, em Hong Kong ao jornal local South China Morning Post.

Com idades entre 21 e 34 anos, os golpistas criavam perfis falsos em redes sociais, utili-

zando deepfakes para se passar por mulheres "atraentes" em videochamadas. Eles iniciavam conversas com as vítimas, construindo relacionamentos online e cultivando uma sensação de intimidade e confiança.

"Após o contato inicial nas redes sociais, eles enviavam fotos geradas artificialmente usando IA para criar perfis atraentes em termos de aparência, personalidade, ocupação, educação e outros aspectos", explicou o superintendente.

Uma vez estabelecida a confiança, os golpistas introduziam as vítimas a oportunidade de investimento em criptomoedas por meio de uma plataforma falsa. "Eles apresentavam registros de transações e lucros fabricados, alegando grandes retornos sobre os investimentos", disse Chi-kin.

"Eles chegavam a discutir planos futuros com as vítimas, criando uma falsa sensação de felicidade para incentivá-las a continuar investindo para um futuro compartilhado."

A quadrilha era altamente organizada, dividida em departamentos responsáveis por diferentes etapas do golpe. Eles utilizavam manuais de treinamento com instruções detalhadas sobre como abordar as vítimas, criar personas convincentes e ganhar sua confiança.

"Esses manuais descreviam como abordar diferentes tipos de vítimas e ofereciam orientação sobre a criação de personas e o envolvimento em conversas para fazer as vítimas gostarem e confiarem neles, especialmente em relação a estraté-

gias de investimento", disse o superintendente Lu Wing-kan, da unidade de crimes de New Territories South.

A polícia de Hong Kong iniciou a investigação após receber denúncias de vítimas do golpe. Em uma operação realizada em um galpão industrial em Hung Hom, os policiais prenderam 27 suspeitos, incluindo graduados em mídia digital e tecnologia de universidades locais, que teriam sido recrutados pela quadrilha para criar a plataforma de criptomoedas falsa e gerenciar as operações online.

A polícia apreendeu mais de 100 telefones celulares, computadores, relógios de luxo e cerca de US\$ 26 mil em dinheiro. As investigações continuam e mais prisões não são descartadas. Os oficiais alertam para o risco de golpes online e recomendam que as pessoas sejam cautelosas ao interagir com desconhecidos na internet e ao investir em criptomoedas. É sempre importante verificar a autenticidade das pessoas e das plataformas antes de compartilhar informações pessoais ou fazer qualquer tipo de investimento.

REINO UNIDO

Julgamento da tragédia de Mariana deve durar até março

A equipe do PG acredita que a BHP seja civilmente responsável pelo colapso por ação ou omissão voluntária e deve responder pelos danos como acionista controladora

O julgamento na Justiça britânica que definirá se a mineradora anglo-australiana BHP Billiton é responsável pela tragédia do rompimento de uma barragem em Mariana (MG), em 2015, começou nesta segunda-feira (21) e deve se estender até 5 de março do ano que vem. A barragem pertencia à Samarco, uma joint-venture entre a empresa estrangeira e a brasileira Vale.

O escritório de advocacia Pogust Goodhead (PG) representa 620 mil pessoas, 46 municípios e 1.500 empresas atingidas pelo rompimento da barragem, no processo que corre na Corte de Tecnologia e Construção de Londres.

Ele defende que a mineradora BHP Billiton deve ser responsabilizada, uma vez que era controladora da Samarco e, portanto, responsável por suas decisões comerciais, além de beneficiária e financiadora da atividade de mineração que causou o desastre.

A equipe do PG acredita que a BHP seja civilmente responsável pelo colapso objetiva e subjetivamente, por ação ou omissão voluntária, e que deve responder pelos danos causados na qualidade de acionista controladora.

Ainda segundo o PG, é possível alegar que a BHP tinha conhecimento dos riscos do rompimento da barragem devido a fatores como a participação de executivos da empresa nas reuniões do conselho e de comitês da Samarco, a aprovação e financiamento de projetos relevantes de sua controlada no Brasil e de auditorias constantes na joint-venture.

Além disso, segundo o escritório de advocacia, declarações feitas por executivos da BHP após o desastre mostrariam que a empresa já havia identificado o risco em Mariana e havia recebido, inclusive, um laudo técnico que apontava um possível rompimento da barragem.

A base legal do julgamento será o direito brasileiro, amparada nas legislações ambiental e civil do Brasil, apesar de o processo correr em um tribunal britânico.

"Embora as leis processuais sejam as sejam as leis inglesas, a lei material, com relação à responsabilização e a quantificação do dano, é brasileira. Isso é muito interessante porque proporciona um exercício de sobe-



Mariana: o escritório de advocacia Pogust Goodhead (PG) representa 620 mil pessoas, 46 municípios e 1.500 empresas atingidas pelo rompimento da barragem

ria da legislação brasileira. A lei deve ser obedecida por qualquer parte mesmo por multinacionais que operam no Brasil e que repatriam os seus lucros para fora do Brasil", explica a porta-voz do escritório, Ana Carolina Salomão.

De acordo com a diretora jurídica do escritório, Caroline Narvaez, as audiências do julgamento começarão nesta segunda-feira (21) com as declarações iniciais dos advogados de ambas as partes, mas a juíza responsável, Finola O'Farrell, já está lendo os documentos enviados pelos dois lados.

Essa primeira fase das audiências deve durar quatro dias. Nas três semanas seguintes, serão ouvidas as testemunhas da BHP, quando tanto a empresa quanto o escritório de advocacia poderão dirigir perguntas sobre questões como o nível de controle que a BHP tinha sobre barragem, sua segurança e sua conduta após o colapso.

O passo seguinte será a oportunidade de especialistas em direito ambiental, societário e de responsabilidade civil, convidados tanto pela BHP quanto pelo PG, explicarem à juíza britânica como funcionam as leis brasileiras.

"A juíza está acostumada a

lidar com casos internacionais, nos quais se aplica o processo inglês, mas ela não conhece e nem deveria conhecer o direito brasileiro. O papel desses especialistas brasileiros é justamente explicar como funciona a lei no Brasil, como se aplicam as regras de responsabilidade civil, ambiental, corporativa no Brasil", explica Caroline.

Depois de um recesso de fim de ano, as audiências serão retomadas por quatro dias em janeiro, com a oitiva de especialistas na área de geotecnia, que poderão explicar à juíza britânica detalhes técnicos relativos ao incidente.

As audiências se encerrarão com a sustentação oral dos advogados dos autores da ação e da BHP, o que deve ocorrer entre 24 de fevereiro e 5 de março. A previsão é que a juíza leve até três meses para divulgar sua decisão.

Nessa fase do processo, ainda não há definição de valores de indenizações, o que só deve ocorrer posteriormente, caso a BHP seja responsabilizada, mas a equipe do PG estima que os valores a serem pagos às vítimas do rompimento girem em torno de R\$ 230 bilhões.

A sócia da BHP na Samarco, a brasileira Vale não é ré no pro-

cesso que corre na Justiça britânica. Mas um acerto entre as duas empresas define que cada uma arcará com metade dos custos dessas futuras indenizações, caso a BHP seja condenada.

Um outro processo foi impletrado pelo PG contra a Vale na Justiça holandesa, uma vez que a mineradora brasileira tem subsidiária na Holanda. Acordos reparatórios que sejam firmados no Brasil, envolvendo as mineradoras, a União e os governos de Minas Gerais e Espírito Santo, não afetam os processos internacionais, segundo o PG.

No entanto, segundo o escritório de advocacia, caso a BHP deseje fazer um acordo com seus clientes, isso pode ser feito a qualquer momento, antes ou depois do julgamento no tribunal britânico.

Na última segunda-feira (14), uma liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino impediu que municípios paguem honorários de contratos de risco (chamados de honorários de êxito ou taxa de sucesso) nas ações perante tribunais estrangeiros sem que a Justiça brasileira, principalmente o STF examine previamente a legalidade desses atos.

De acordo com a porta-voz

do PG, Ana Carolina Salomão, a decisão do ministro do STF não terá impactos na atuação do escritório no processo britânico. "O fato de que ele vai eventualmente avaliar a legalidade do contrato, em nada impede o julgamento em Londres. E é bem importante dizer que os municípios [autores] são 46, mas representamos 620 mil indivíduos, que vão à corte de Londres, que vão buscar Justiça".

Em nota, a BHP afirma que a ação no Reino Unido duplica e prejudica os esforços em andamento no Brasil.

"A BHP refuta as alegações acerca do nível de controle em relação à Samarco, que sempre foi uma empresa com operação e gestão independentes. Continuamos a trabalhar em estreita colaboração com a Samarco e a Vale para apoiar o processo contínuo de reparação e compensação em andamento no Brasil".

O texto cita ainda a Fundação Renova, criada em 2016 como parte do primeiro acordo com as autoridades públicas brasileiras, por meio do qual, segundo a BHP, já foram destinados mais de R\$ 37 bilhões em auxílio financeiro emergencial, indenizações, reparação do meio ambiente e infraestruturas para aproximadamente 430 mil pessoas

PETRÓLEO

Bolsas caem com ações ligadas às commodities

As bolsas da Europa fecharam majoritariamente em queda na terça-feira, 15, após abertura fraca em Nova York, diante do forte recuo de ações de empresas petrolíferas e mineradoras e enquanto agentes voltam suas atenções para a temporada de balanços do terceiro trimestre. O DAX acabou perdendo terreno e encerrou em queda diante dos ajustes de fim do pregão.

O FTSE 100, de Londres, recuou 0,52%, aos 8.249,28 pontos. O CAC 40, de Paris, recuou 1,05%, encerrando em 7.521,97 pontos. O DAX, referência em Frankfurt, apagou a alta e cedeu 0,11%, a 19.486,19 pontos, em meio aos ajustes do fim do pregão. As cotações são preliminares.

As bolsas da Europa cederam à pressão de empresas vinculadas a commodities. Total cedeu 4,88% e BP recuou 3,89%, acompanhando a queda de cerca de 5% do petróleo. Entre as mineradoras, a Anglo American caiu 3,45% e Glencore teve perdas de 4,04%, uma vez que o cenário de estímulos na China segue incerto.

A temporada de balanços também ganhou importância. A holandesa ASML recuou 15,64%. O tomo impactou todo o setor de semicondutores, inclusive a Nvidia, que cedia 5,17% às 13h13 (de Brasília) em NY. O segmento de telecomunicações avançou na esteira de resultado positivo da Ericsson. A sueca teve alta de 10,78%, enquanto a Deutsche Telekom avançou 1,97%.

No front macroeconômico, o índice ZEW avançou mais que o esperado em outubro, enquanto a produção industrial da zona do euro cresceu mais do que o previsto em agosto e o desemprego no Reino Unido diminuiu mais.

Em outras bolsas, o Ibex 35, de Madri, subiu 0,67%, para os 11.930,20 pontos. O FTSE MIB, de Milão, fechou em queda de 0,29%, a 34.578,45 pontos. Já o PSI 20, de Lisboa, recuou 0,29%, aos 6.697,52 pontos. As cotações são preliminares.

As bolsas asiáticas fecharam sem direção única nesta terça-feira, 15, com as da China e de Hong Kong amargando fortes perdas em meio a dúvidas sobre novas medidas de estímulo fiscal e outras favorecidas pelo bom desempenho de Wall Street ontem.

Principal índice acionário chinês, o Xangai Composto teve queda de 2,53%, a 3.201,29 pontos, e o menos abrangente Shenzhen Composto recuou 2,10%, a 1.850,50 pontos. Em Hong Kong, o Hang Seng sofreu um tomo de 3,67%, a 20.318,79 pontos.

Nos últimos pregões, os mercados chineses vêm mostrando bastante volatilidade diante de incertezas sobre detalhes e o alcance de um pacote fiscal de Pequim para ajudar a China a cumprir a meta de crescer 5% este ano. No fim de semana, o Ministério de Finanças chinês sinalizou que pretende agir, mas não fez anúncios concretos.

Dados fracos da balança comercial chinesa também contribuíram para o mau humor em Xangai e Shenzhen. Em setembro, tanto as exportações quanto as importações da China avançaram bem menos do que o esperado.

Outros mercados da Ásia ficaram no azul após as bolsas de Nova York subirem ontem, com novas máximas históricas dos índices Dow Jones e S&P 500. Na volta de um feriado, o japonês Nikkei avançou 0,77% em Tóquio hoje, a 39.910,55 pontos, enquanto o sul-coreano Kospi teve modesto ganho de 0,39% em Seul, a 2.633,45 pontos, e o Taiex subiu 1,38% em Taiwan, a 23.292,04 pontos.

Na Oceania, a bolsa australiana estabeleceu novo recorde, impulsionada por ações de bancos e mineradoras. O S&P/ASX 200 avançou 0,79% em Sydney, ao patamar inédito de 8.318,40 pontos.

ELEIÇÕES

Trump empata com Harris em Michigan

A corrida presidencial em Michigan mostra um empate entre o ex-presidente dos Estados Unidos e candidato republicano, Donald Trump, e a vice-presidente e candidata democrata, Kamala Harris, com 46% das intenções de voto para cada um, considerando outros concorrentes, de acordo com pesquisa realizada pela organização sem fins lucrativos AARP.

No levantamento de agosto, Trump obteve 45% das intenções de voto e Harris, 43%, na sondagem com outros candidatos.

Na disputa envolvendo apenas os dois principais candidatos, Trump aparecia com 49% das intenções de votos e Harris, com 48%. A pesquisa revelou ainda que Harris lidera entre as mulheres com 55% ante 39%

para o republicano. Já entre os eleitores do sexo masculino, Trump está em primeiro lugar, com 57%, ante 36% para Harris.

A margem de erro da pesquisa é de mais ou menos 4,9%. A sondagem foi realizada entre 2 e 8 de outubro.

Já a pesquisa da TIPP, publicada nesta terça-feira, mostra que a vice-presidente dos EUA aparece à frente do ex-presidente e representante do Partido Republicano, por 49% a 46% na corrida para presidência dos Estados Unidos. A pesquisa entrevistou 1.198 pessoas online, entre 12 e 14 de outubro. A margem de erro da sondagem é mais ou menos 2,9 pontos.

Um comício do ex-presidente dos Estados Unidos virou um concerto de música após duas pessoas na plateia precisarem

de atendimento médico. Trump respondia questões sobre como ajudaria pequenos negócios em Oaks, na Pensilvânia, quando a interrupção fez com que ele decidisse usar a sua playlist para agitar a plateia.

"Não vamos fazer mais perguntas. Vamos apenas ouvir música. Vamos transformar isso em música. Quem diabos quer ouvir perguntas, certo?", apontou Trump. Por 39 minutos o republicano ergueu os braços, dançou e apontou para pessoas na plateia.

Nove músicas da playlist de Trump foram tocadas. Alguns na multidão começaram a sair. Outros ficaram e filmaram o comício. Os apoiadores de Trump muitas vezes esperam horas para ver seus comícios, e pode haver longas filas para obter comida,

água e também banheiros. Em vários eventos ao ar livre, os participantes precisaram de atenção médica devido ao calor.

A trilha sonora contou com Village People, James Brown, Andrea Bocelli, Elvis Presley e a versão de Rufus Wainwright de "Aleluia". Durante a música "November Rain" do Guns N' Roses, Trump saiu do palco.

Durante todo o comício, o republicano esteve ao lado da governadora da Dakota do Sul, Kristi Noem.

A vice-presidente dos Estados Unidos e candidata presidencial democrata, Kamala Harris, criticou Trump e questionou o seu estado mental após o episódio.

O ex-presidente dos Estados Unidos afirmou ainda que não falaria se conversou com o

presidente da Rússia, Vladimir Putin, desde que deixou a Casa Branca, após ser questionado se teve contato com o mandatário russo.

O candidato republicano comentou ainda que o dólar está sob ameaça, mas declarou que ainda é seguro como moeda reserva.

O candidato do Partido Republicano também comentou sobre o Google, afirmando que a companhia tem muito poder e que sempre o tratou "muito mal". O republicano sinalizou que pode apoiar uma divisão da empresa de buscas.

O Departamento de Justiça (DoJ) dos Estados Unidos considerou uma possível divisão da Alphabet, controladora do Google, como um "remédio" para o monopólio de buscas.

PUNIÇÕES

Lula quer elevar pena para crimes ambientais

A proposta aumenta de 4 para 6 anos a pena e estabelece que o crime seja inicialmente cumprido em regime fechado de prisão



Lula durante reunião com os ministros Ricardo Lewandowski e Marina Silva para envio do Projeto de Lei que aumenta as sanções penais para crimes ambientais

O governo federal anunciou nesta terça-feira (15) o envio de um projeto de lei que endurece as penas para quem comete crime ambiental no país. Segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública, a proposta aumenta de 4 para 6 anos a pena para delitos como o de atear fogo em vegetação, e estabelece que o crime seja inicialmente cumprido em regime fechado de prisão.

Atualmente, as penas, que variam de 2 a 3 anos, normalmente não levam à prisão e ainda propiciam a rápida prescrição dos crimes.

"Este país apenas está mostrando que, daqui para frente, a gente não vai brincar com o crime ambiental, as pessoas terão que ser punidas severamente", afirmou Lula durante reunião no Palácio do Planalto, em que assinou a mensagem de envio do projeto ao Congresso Nacional, com regime de urgência constitucional para apreciação dos legisladores.

O regime de urgência acelera as etapas de tramitação e estabelece prazo máximo de 45 dias para a deliberação da matéria, em cada uma das casas legislativas.

O projeto de lei é uma resposta à onda de incêndios florestais que devastou o país ao longo dos últimos meses, em praticamente todas as regiões. Até o fim de setembro, o Brasil já havia registrado cerca 200 mil focos de queimada desde o início do ano. Mais da metade do total teve início na Amazônia. A Polícia Federal (PF) abriu 85 inquéritos para apurar casos com indícios de incêndios criminosos.

"Os crimes ambientais têm crescido enormemente, e há um órgão internacional, chamado Gafi, que é o Grupo de Ação Financeira Internacional, que estima que o crime relacionado ao meio ambiente, só no ano de 2022, deu um lucro estimado de US\$ 110 a US\$ 281 bilhões. São vários crimes, por isso que essa cifra varia um pouco. Os lucros perdem apenas para os do tráfico de drogas", destacou o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski.

Segundo o ministro, o projeto prevê que incêndios florestais cometidos em unidades de conservação, áreas de preservação ambiental e terras indígenas sejam considerados agravantes, que poderão aumentar a pena de quem for condenado por essa conduta. Dados oficiais citados por Lewandowski apontam que, dos 850 mil apenados, apenas 350 se encontram presos no Brasil por crimes ambientais.

"Isso não é possível, tendo em vista o enorme potencial lesivo desse crime gravíssimo", obser-

PANE

Presidente usará avião maior para ir à Rússia

Após a pane apresentada pelo avião presidencial no México no começo do mês, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não usará o modelo para a viagem a Kazan, na Rússia, onde participará da Cúpula dos Brics entre terça e quinta da próxima semana. Para a viagem, o petista usará o KC-30, maior avião da frota da Força Aérea Brasileira (FAB).

O Airbus A330-200, chamado pela FAB de KC-30, tem capacidade para 230 passageiros e autonomia de 12 horas de voo. Porém, o modelo não possui o mesmo conforto que o Airbus A319CJ, destacado para missões presidenciais.

A aeronave oficial da Presidência da República é dividida em três partes. A primeira, com dez poltronas, é destinada às principais autoridades a bordo. No meio, uma sala de reuniões e na parte traseira assentos para demais passageiros.

Já o KC-30, comprado ainda no governo de Jair Bolsonaro (PL) por US\$ 80 milhões (R\$ 403,8 milhões na cotação atual), tem as configurações padrão de um avião de linha aérea regular, com as classes executiva e econômica, além de um espaço específico para a primeira classe.

Esse é o mesmo modelo empregado nas missões de repatriação no Líbano e nos resgates de cidadãos brasileiros em Israel, em 2023.

O avião presidencial, comprado em 2004, ainda no primeiro governo de Lula, está chegando a metade de seu ciclo de vida e terá que passar por um processo de reformula-

ção ou trocado. A segunda opção é defendida pelo presidente e pelo comandante da FAB, tenente-brigadeiro do ar Marcelo Kanitz Damasceno.

"Pessoalmente eu defendo a compra de uma nova aeronave. Esse avião completa 20 anos em 5 de janeiro. O avião é seguro, mas além disso ele tem autonomia que nos atende em parte. Acho que um País como o nosso, uma potência mundial, entre as dez maiores economias do mundo deve ter um avião maior, que tenha mais autonomia e mais espaço para levar o mandatário do país", disse o militar.

Lula acha o atual modelo "antiquado" e voltou a considerar sua substituição. Desde o primeiro ano deste governo, o presidente Lula manifestou intenção de substituir o Airbus A319 pelo Airbus A330.

A ideia de Lula era dispor de mais espaço, maior conforto e de uma ala expandida para convidados e equipe de apoio. Suíte com cama de casal e banheiro com chuveiro, um gabinete de trabalho privativo, uma sala de reuniões e cerca de 100 poltronas semileito também estavam nas demandas do presidente.

Mas a ideia esbarrou em duas dificuldades: a Força Aérea precisa da aeronave para missões de reabastecimento em voo dos seus caças, para deslocamento rápido de pessoal e para missões de socorro aeromédico. Além disso, o custo da conversão do Airbus para o arranjo executivo é alto.

vou o ministro.

Para a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, a ampliação da pena é uma medida fundamental para desestimular esse tipo de crime no país.

"A elevação da pena é fundamental para que aqueles que cometem os crimes ambientais não venham na expectativa de que terão penas alternativas, redução de pena, pois é isso que faz com que eles continuem fazendo a destruição, agravando o problema da mudança do clima", disse Marina Silva.

Ainda de acordo com a ministra, o trabalho de combate às queimadas alcançou a redução dos mais 1,1 mil grandes incêndios que estavam em andamento ao longo dos últimos meses em todo o território nacional. Desse total, 670 foram completamente extintos e 237, controlados. No Pantanal, ainda restam nove grandes incêndios, após a extinção de 114 focos, enquanto, na Amazônia, a área queimada foi reduzida em cerca de 80%, saindo de 300 mil hectares para cerca de 70 mil hectares.

O presidente atraiu para o Palácio do Planalto, nesta terça-feira, 15, um líder evangélico de

oposição. Trata-se do deputado Otoni de Paula (MDB-RJ), que foi um dos apoiadores mais eloquentes do governo de Jair Bolsonaro e que se coloca no campo da direita. Otoni compareceu à solenidade de sanção do projeto que cria do Dia Nacional da Música Gospel, discursou e elogiou o presidente da República. O próprio Otoni reconheceu se tratar de uma situação inesperada. "Senhor presidente, quis Deus que eu, que fui um dos mais combatentes defensores do antigo governo e seu crítico político, estivesse aqui para representar a Frente Parlamentar Evangélica", declarou. O deputado disse se dirigir ao presidente da República, e não ao "Lula do Partido dos Trabalhadores".

"O mesmo Deus em um momento delicado da recente história do Brasil usou o presidente Lula para manter a nossa liberdade religiosa, que era a época ameaçada pela aprovação do PLP 122 o projeto criminalizaria a homofobia. Foi no dia 22 de dezembro de 2003 que o senhor sancionou a lei da liberdade religiosa no Brasil", declarou o deputado. Ele mencionou que Lula era acusado justamente de querer fechar igrejas.

"Graças à visão social de seus governos que essa gente humilde de Deus tem o poder ou tem condições de comer, por causa do Bolsa Família, e onde morar, por causa do Minha Casa Minha Vida. E também graças a essa visão social que nossas igrejas passaram a ter mais doutores e professores, gente que jamais poderia ter um diploma de curso superior se não fosse a visão do governo de vossa excelência" declarou Otoni de Paula.

"A maioria dos evangélicos dessa nação talvez não votaram em vossa excelência, e o senhor sabe disso. Mesmo assim, talvez estejamos entre os brasileiros mais contemplados pelos programas sociais de seu governo, já que os mais pobres e necessitados, aos quais Jesus sempre dedicou a maior parte do seu tempo, formam a maioria esmagadora de nossos irmãos", disse o deputado.

Otoni de Paula ressaltou que nunca votou em Lula. Ele teve atritos com bolsonaristas neste ano por ter apoiado a reeleição do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), em vez de Alexandre Ramagem (PL), o candidato do ex-presidente da República.

AMEAÇA

PF investiga presidente do PRTB por violência

A Polícia Federal abriu uma investigação contra o presidente do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), Leonardo Alves de Araújo, conhecido como Leonardo Avalanche, por supostas ameaças e violência política contra uma ex-integrante do partido. O inquérito foi aberto nesta segunda-feira, 14, e a comunicação foi feita à Justiça Eleitoral nesta terça-feira, 15. A investigação está sob os cuidados do delegado Renato Pereira de Oliveira.

A denunciante já havia entrado com uma ação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com a intenção de retirar Avalanche do comando nacional da legenda com os argumentos de ameaça e violência. Liminarmente, o pedido foi rejeitado pela ministra Cármen Lúcia no começo de agosto deste ano. Procurado, Avalanche não se manifestou até o momento. A suposta vítima também foi procurada, mas também não atendeu.

Na ação proposta junto ao TSE, havia o relato de que "o presidente do partido (Avalanche) ameaçou a sua vice, mulher, e a fez renunciar a seu cargo" e "afirma a quem quiser ouvir ter influência e negociações com figuras importantes do Judiciário e ligação com o crime organizado (PCC, que poderia matá-la ou alguém de sua família)".

Na denúncia, há ainda citação de um suposto diálogo em que Avalanche teria ameaçado a ex-integrante da legenda. "Você ainda não me conhece, não seja um obstáculo no meu caminho, eu sou um cara calmo, não saio do controle, você pode esbravejar, pode me xingar, jamais vou discutir com você, mas quando você receber uma ligação dizendo 'pega tua vara e vai pescar', você já pode despedir de seus familiares porque você vai morrer", diz trecho do documento juntado ao inquérito da PF.

Violência política (art. 359-P) e ameaça (art. 147), ambos tipificados no Código Penal (CP), têm penas somadas que variam

de três anos e seis meses a oito anos de reclusão e multa. No começo deste mês, uma advogada de Brasília registrou boletim de ocorrência contra Avalanche por suposta ameaça. Ela afirmou no documento público que o político teria dito mandar matar até criança.

Avalanche venceu a eleição para presidente do PRTB em fevereiro deste ano. Desde então, opositores tentam tirá-lo do comando da legenda. Os adversários apresentaram documentos à Polícia Federal, em Brasília, e ao TSE. No entanto, nenhuma decisão para barrar Avalanche da sigla ocorreu até o momento.

O PRTB se tornou uma das siglas mais citadas na disputa eleitoral deste ano. O pequeno partido, sem coligação e tempo de rádio e TV, terminou na terceira posição na eleição municipal paulistana. O candidato do partido foi o ex-coach Pablo Marçal.

Avalanche nomeou para presidir o PRTB em São Paulo Tarcísio Escobar de Almeida. Em 29 de maio, Escobar foi indiciado pela Polícia Civil de São Paulo por associação ao tráfico e ao PCC. Em vídeo publicado nas redes sociais, Escobar negou ter cometido crimes. Ele afirmou ajudar pessoas de bairros periféricos da capital paulista. O caso foi explorado no primeiro turno da eleição, principalmente pela então candidata Tabata Amaral (PSB).

Escobar figurou como presidente em São Paulo por três dias. Posteriormente, o cargo foi ocupado pelo advogado Joaquim Pereira de Paulo Neto, que rompeu com Avalanche em junho. Ele, Escobar e Michel Winter, do PRTB de Minas Gerais, gravaram vídeo para falar sobre o fim da aliança com Avalanche por acordos não cumpridos. Escobar afirmou em vídeo que Avalanche "enganou, fingiu e atrapalhou" o PRTB em São Paulo. Winter afirmou no vídeo que a "família do PRTB não vai mais aceitar você", em referência a Avalanche.

ARRECAÇÃO

TCU cobra à ANM por sonegação de impostos

Estima-se que o Estado brasileiro deixou de arrecadar, em oito anos, cerca de R\$ 16,4 bilhões em impostos da mineração por causa de falhas na fiscalização e na cobrança dos impostos do setor. O valor sonegado - que poderia ir para saúde e educação públicas - representa cerca de 55% do déficit primário previsto pelo governo para este ano, estimado em R\$ 28,3 bilhões.

Nesse cenário, o Tribunal de Contas da União (TCU) cobrou que a Agência Nacional de Mineração (ANM) adote medidas e ações para minimizar o problema da sonegação na mineração, setor que representou entre 2,5% e 4% do PIB brasileiro nas últimas décadas.

O plenário do TCU determinou, entre outras medidas, que a diretoria-geral da ANM apresente, no prazo de 60 dias, um plano de ação para desenvolver um sistema de arrecadação e cobrança dos tributos da mineração. "E colocá-lo em pleno funcionamento no menor prazo possível, detalhando prazos para implementação de cada módulo do sistema", diz o documento do Tribunal sob a relatoria do ministro Benjamin Zymler.

O ministro relator concluiu que a arrecadação da mineração depende essencialmente da boa-fé das empresas. "Porém, não existem instrumentos para persuadi-los, uma vez que a estrutura fiscalizatória da ANM é incapaz de gerar a expectativa

de controle no setor regulado e, mesmo após as poucas fiscalizações, não se logra efetividade na cobrança", disse Zymler.

O TCU destacou ainda que a auditoria foi limitada por falhas nos sistemas de tecnologia de informação da ANM. "Não existem, por exemplo, procedimentos automatizados de cruzamento de dados da arrecadação com informações do relatório anual", informou.

O diretor do Observatório da Mineração e mestre em desenvolvimento sustentável pela Universidade de Brasília (UnB), Maurício Ângelo, lembrou que os minerais são recursos finitos e que, de acordo com a Constituição, essa é uma riqueza do Estado brasileiro e que deve ser revertida em benefício da sociedade.

"É absurdo que o país deixe de arrecadar bilhões e bilhões sistematicamente porque a ANM não tem equipe e estrutura adequada, além de não ter independência em relação às empresas. As mineradoras também acabam fazendo o lobby e usam inúmeras estratégias para não pagar os valores devidos. Enfim, são subterfúgios jurídicos, fiscais e tributários que as empresas usam", completou.

O TCU também alertou os ministérios de Minas e Energia (MME); da Gestão e Inovação (MGI) e comissões da Câmara e do Senado de que a falta de estrutura da ANM inviabiliza a fiscalização do setor.

EFICIÊNCIA

Inteligência artificial poderá mudar o trabalho do professor

Apenas 39,2% dos professores afirmam utilizar essas ferramentas com regularidade em sala de aula, o que evidencia que há uma distância entre o potencial da tecnologia e sua implementação

Ledo engano se você acredita que utilizar inteligência artificial (IA) em sala de aula se resume ao ChatGPT. As possibilidades que a inteligência artificial oferece estão em todos os níveis da educação, desde dar mais eficiência para os professores até auxiliar na compreensão dos alunos e ajudar no desenvolvimento de habilidades socioemocionais.

Esse movimento já está em curso em instituições de todo o País. Uma pesquisa do Instituto Semesp, realizada com 444 professores da educação básica em março de 2024, mostra que 74,8% dos docentes enxergam a tecnologia e a IA como aliadas no ensino. No entanto, enquanto a tecnologia acelera o acesso à informação, os professores também percebem que ela traz diversos desafios como a dispersão dos alunos.

Curiosamente, apesar do reconhecimento de seus benefícios, apenas 39,2% dos professores afirmam utilizar essas ferramentas com regularidade em sala de aula. Esse dado evidencia que há uma distância entre o potencial da tecnologia e sua implementação cotidiana.

Carla Boto, diretora da Faculdade de Educação da USP, acredita que essa lacuna se deve à complexidade do uso da IA, que vai além de ser uma simples ferramenta técnica. Para ela, a IA tem o poder de redefinir o modo como o conhecimento é acessado e compartilhado. "A inteligência artificial pode ser uma aliada valiosa no preparo das atividades em sala de aula, mas, para que isso ocorra de forma eficaz, é preciso que o professor tenha domínio tanto da ferramenta quanto do conteúdo a ser trabalhado."

Essa transformação, para



Alunos estudam no laboratório: o avanço tecnológico traz um desafio significativo: como trabalhar as habilidades socioemocionais em um ambiente tecnológico

ela, exige que os docentes reavaliem as práticas pedagógicas, desafiando tradições e abraçando a inovação. "A primeira questão a ser pensada é o repertório: o que estamos ensinando e como isso se conecta com o mundo em transformação? É importante respeitar as tradições pedagógicas, mas também integrar novos conteúdos que dialoguem com as demandas atuais."

Na era da IA generativa, o impacto dessa tecnologia é notável na produção de conteúdo. Anderson Soares, coordenador do primeiro bacharelado em Inteligência Artificial da Universidade Federal de Goiás (UFG), observa que "a geração de conteúdo sempre foi algo muito artesanal, mas a IA generativa permite criar

músicas, textos e materiais de forma automática". "Isso abre caminho para que os alunos atuem mais no campo criativo e menos nas tarefas manuais."

Para Soares, essa nova realidade oferece oportunidades que promovem ações cooperativas e colaborativas, essenciais para o desenvolvimento das competências do futuro. No entanto, o avanço tecnológico também traz um desafio significativo: como trabalhar as habilidades socioemocionais em um ambiente altamente tecnológico?

Para Guilherme Cintra, diretor de inovação e tecnologia da Fundação Lemann, a resposta está na criatividade e na capacidade do professor de criar um ambiente de troca real entre os alunos. "A nossa capacidade de

criar e manter relações verdadeiras será o que nos distinguirá das máquinas", afirma, destacando que o professor precisa ser mais do que um transmissor de conhecimento, atuando como facilitador de interações humanas e reflexões profundas.

Além disso, o sistema educacional como um todo precisa se adaptar para apoiar os professores nessa transformação. "Não podemos esperar que os professores assumam sozinhos a responsabilidade de toda essa mudança", diz Cintra. Repensar a formação dos docentes, o currículo e a gestão escolar é essencial para que a tecnologia seja usada de forma eficaz, sem sobrecarregar os educadores.

Para o especialista Ander-

son Soares, embora a tecnologia possa otimizar o aprendizado e personalizar o ensino, o desenvolvimento de habilidades humanas fundamentais como empatia, trabalho em equipe e criatividade ainda depende da capacidade do educador de criar relações significativas. "A educação tem um papel essencial para nos mostrar como tecnologia não vai resolver nenhum problema por nós, mas que a resolução ainda compete ao ser humano, ainda compete a nossas habilidades socioemocionais."

Lucas Chao, especialista em IA e educador no Colégio Santa Cruz, demonstra como a tecnologia pode ser uma poderosa aliada no processo de ensino. Ele ministra uma eletiva de inteligência artificial no ensino

médio da escola em São Paulo, que aborda desde a história até as aplicações mais avançadas da tecnologia, incluindo programação em Python e criação de conteúdo com IA generativa. "O curso vai além do ensino técnico; ele desafia os alunos a refletir criticamente sobre as implicações éticas da IA."

Paralelamente, no ensino fundamental 2, Chao lidera uma oficina chamada CodingLab, focada em letramento digital e desenvolvimento de jogos, onde introduz conceitos de IA de maneira prática e crítica. Ele enfatiza a importância de "pensar sobre" a IA, questionando os resultados e visões gerados por ferramentas como ChatGPT e Gemini. Lucas investiga se as representações produzidas por essas ferramentas carregam preconceitos ou vieses.

Mas, afinal, a IA pode substituir o papel do professor? Segundo Guilherme Cintra, diretor de inovação e tecnologia da Fundação Lemann, a interação humana continua sendo fundamental para um aprendizado eficaz. "Usar uma ferramenta por si só, sem um contexto de troca com humanos, em que exista uma relação no centro do processo, não basta", afirma.

Existem diversas ferramentas de IA que podem potencializar o papel dos professores em suas atividades. A PeerTeach, por exemplo, conecta alunos para colaboração, personalizando o aprendizado. Já a Letrus corrige redações, liberando tempo para que os professores se dediquem a atividades mais estratégicas, como identificar as necessidades individuais de cada aluno. "A inteligência artificial, quando bem usada, centraliza o processo na relação humana e permite a adaptação para diferentes contextos. Isso é não substituir o professor", diz ele.

AVALIAÇÃO

Maioria das indústrias aprova a infraestrutura na região Sudeste

Estudo divulgado na terça-feira (15) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) revela que 64% dos empresários do setor consideram as condições de infraestrutura da Região Sudeste como ótimas (9%) ou boas (55%). Para 31%, a situação é regular. O percentual de empresários que classificam as condições de infraestrutura da região como ruins é de 3%, e aqueles que avaliam como péssima representam 2%.

O estudo Panorama da Infraestrutura – Região Sudeste reúne informações sobre as áreas de transporte, energia, saneamento básico e telecomunicações, bem como as propostas para melhorias da infraestrutura nos quatro estados da região.

Este trabalho é o terceiro de uma série de cinco produzidos pela CNI com o objetivo de estabelecer um retrato das condições de infraestrutura nas regiões brasileiras, identificando

necessidades de investimento e pleitos do setor industrial.

O presidente da CNI, Ricardo Alban, ressalta que o relatório busca contribuir para a melhoria da infraestrutura na região, fator fundamental para o fortalecimento da indústria e da economia. "O setor produtivo brasileiro sente o elevado déficit de infraestrutura e os efeitos da deterioração das condições nessa importante área da economia. Estradas sem conservação, energia cara e restrições para o acesso aos principais portos repercutem diretamente na competitividade da indústria nacional e na atração de investimentos para o país", afirma Alban.

Segundo a CNI, o Sudeste é responsável por 52% do PIB industrial brasileiro, o que reflete em grandes desafios para modernização dos acessos portuários, exploração de petróleo no pré-sal e aproveitamento de fontes renováveis como as hidrelétricas.



Porto do Sudeste: a região é responsável por 52% do PIB industrial brasileiro, o que reflete em grandes desafios

"Os maiores problemas de infraestrutura no Sudeste estão associados ao transporte rodoviário e às condições de acesso marítimo aos principais portos. A precariedade das ro-

vias públicas e o comprometimento da capacidade no Porto de Santos preocupam o setor industrial", destaca o diretor de Relações Institucionais da CNI, Roberto Muniz.

O diretor alerta que a construção de uma agenda de investimentos na infraestrutura é um trabalho complexo, considerando um país de dimensões continentais como o Bra-

sil. "Cada região tem suas particularidades e, portanto, diferentes estratégias devem ser adotadas para atender às necessidades locais, promovendo a eficiência e sustentabilidade dos projetos", acrescenta Muniz.

Os dados indicam que, para o Sudeste superar as restrições logísticas, é fundamental que sejam priorizadas obras de manutenção, adequação e expansão de corredores logísticos estratégicos, como a Ferrovia Centro Atlântica (FCA), a BR-381, a BR-116, a BR-101, a BR-262 e a Terceira Via de Ligação entre a Baixada Santista e a Capital Paulista.

Dos 4.325 contratos analisados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nos estados que compõem a Região Sudeste, foram identificadas 2.338 obras paralisadas (54%). Dos vários setores da infraestrutura, o saneamento básico e os transportes estão entre aqueles com mais elevado número de registros de paralisações na região.

O Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado em agosto de 2023, prevê investimentos de R\$ 1,7 trilhão em todos os estados do Brasil, sendo R\$ 759,7 bilhões em obras, serviços e empreendimentos na Região Sudeste.

ESTUDO



Divulgação

Com o teste no Brasil, os pesquisadores vão poder observar os efeitos da LepVax em um território com transmissão da hanseníase. O Brasil concentra 90% dos casos da doença no continente americano

IOC vai liderar teste de Vacina contra hanseníase em 54 voluntários no Brasil

A Anvisa aprovou a realização dos testes em humanos, e, se a pesquisa obtiver as respostas desejadas, esse pode ser o caminho para uma vacina gratuita contra a doença

O Instituto Oswaldo Cruz (IOC), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) será responsável por liderar um teste clínico histórico para a saúde pública mundial: uma etapa do desenvolvimento de uma vacina contra a hanseníase. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou na segunda-feira (14) a realização dos testes em humanos, e, se a pesquisa obtiver as respostas desejadas, esse pode ser

o caminho para a população brasileira contar com uma vacina gratuita contra a doença. Candidata a ser a primeira vacina contra a hanseníase, a LepVax foi desenvolvida pelo Access to Advanced Health Institute (AAHI), instituto americano de pesquisa biotecnológica, sem fins lucrativos. Com a moderna tecnologia de subunidade proteica, a vacina teve testes pré-clínicos promissores contra a bactéria *Mycobacterium leprae*, causadora da doença. Antes de chegar a etapa

de estudos em humanos no Brasil, que contará com 54 voluntários, a vacina já teve sua segurança demonstrada em testes em 24 pessoas sadias nos Estados Unidos. O estudo mostrou a segurança da vacina, sem nenhum registro de evento adverso grave. Também apontou imunogenicidade, ou seja, capacidade de estimular a resposta imunológica. Com o teste no Brasil, os pesquisadores vão poder observar os efeitos da LepVax em um território com trans-

missão da hanseníase. O Brasil concentra 90% dos casos da doença no continente americano e também é o segundo país do mundo em número de notificações da doença, atrás apenas da Índia. Em dez anos, de 2014 a 2023, foram quase 245 mil novas infecções, segundo o Ministério da Saúde. Apenas em 2023, foram registrados 22.773 novos casos. Portanto, considerando o cenário epidemiológico do país, os pesquisadores acreditam que possivelmente o sistema imunológico de grande

parte dos brasileiros teve contato anterior com micobactérias, o que pode influenciar na resposta à vacina. A chefe do Laboratório de Hanseníase do IOC/Fiocruz, Roberta Olmo, destaca que a realização do ensaio clínico da LepVax no instituto da Fiocruz reflete o grau de maturidade alcançado ao longo de anos de trabalhos pioneiros do laboratório, que permitiram conquistar o reconhecimento da comunidade científica nacional e internacional. "A eliminação sustentada

da hanseníase enquanto problema de saúde pública requer uma vacina. Neste cenário, a LepVax surge como uma vacina profilática e terapêutica, que poderá contribuir para as metas de controle da doença", afirma ela. O enfrentamento da hanseníase está no escopo do Comitê Interministerial para Eliminação da Tuberculose e Outras Doenças Determinadas Socialmente (Cieds), instalado em junho. O grupo de nove pastas é liderado pelo Ministério da Saúde para buscar soluções contra doenças negligenciadas, muitas vezes associadas à pobreza e a outros determinantes sociais.

Para a hanseníase, as metas incluem a interrupção da transmissão em 99% dos municípios, a eliminação da doença em 75% dos municípios e a redução de 30% do número absoluto de novos casos com incapacidade física aparente no momento do diagnóstico até 2030.

O Instituto Oswaldo Cruz vai avaliar a segurança e a imunogenicidade da vacina, além de investigar o uso de duas formulações diferentes da vacina, com baixa e alta dose de antígeno. Para isso, os participantes serão divididos aleatoriamente em três grupos: dois receberão a vacina, sendo um com dose baixa e outro com dose alta; e o terceiro grupo receberá o placebo, que é uma solução salina, sem efeito biológico.

Cada um dos participantes receberá três doses da aplicação correspondente ao seu grupo, com 28 dias de intervalo. Depois disso, eles serão acompanhados por um ano. Para participar, é preciso ter entre 18 e 55 anos, boas condições de saúde e não estar grávida. Além disso, os voluntários não podem ser pessoas que já tiveram a doença ou contato próximo com pacientes com hanseníase.

O dermatologista e pesquisador do Ambulatório Souza Araújo, Cássio Ferreira, explica em texto divulgado pelo Instituto Oswaldo Cruz que a segurança da vacina será avaliada através do acompanhamento clínico e de exames laboratoriais. "Nos Estados Unidos, o resultado foi muito positivo, sem nenhum evento adverso de maior gravidade. As reações registradas, como dor no local da injeção, cansaço e dor de cabeça, são comuns em imunizações. Essa primeira demonstração de segurança foi fundamental para a pesquisa avançar."

O Instituto Oswaldo Cruz foi escolhido como centro clínico responsável pelos testes e o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos/Fiocruz) é o patrocinador do ensaio clínico. O projeto da LepVax é financiado pela entidade filantrópica American Leprosy Missions (ALM), dos Estados Unidos, que lidera o desenvolvimento da vacina desde 2002. O estudo no Brasil também tem financiamento do Ministério da Saúde e do fundo japonês Global Health Innovative Technology Fund (GHIT Fund). A Fundação de Saúde Sasakawa, do Japão, é parceira da pesquisa.

SUPERMUNDI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
CNPJ/ME nº 27.666.213/0001-03 - NIRE 33.2.0061584-7
Assembleia de sócios - 1ª Convocação - O Diretor Presidente da Supermundi Empreendimentos e Participações Ltda. convoca os Senhores Sócios para se reunirem em assembleia de sócios a ser realizada no dia 18 de novembro de 2024, às 10h, na sede da Sociedade, situada na cidade do Rio de Janeiro, Estado no Rio de Janeiro, na Rua Dona Emilia, 2 e Avenida Itaóca 2480, 2532 e 2600 com entrada pelo 2532, parte, Inhaúma, CEP 20.765-110, para tomar as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Informa-se para fins do art. 1.078, § 1º do Código Civil que os documentos da assembleia estão à disposição dos sócios na sede da Sociedade. Justino de Oliveira Gomes de Castro - Diretor Presidente.

SUPERMERCADOS MUNDIAL LTDA.
CNPJ/ME nº 33.304.981/0001-10 - NIRE 33.2.0010985-2
Assembleia de sócios - 1ª Convocação - O Presidente da Supermercados Mundial Ltda. convoca os Senhores Sócios para se reunirem em assembleia de sócios a ser realizada no dia 18 de novembro de 2024, às 9h, na sede da Sociedade, situada na cidade do Rio de Janeiro, Estado no Rio de Janeiro, na Rua Dona Emilia, 2 e Avenida Itaóca 2480, 2532 e 2600 com entrada pelo 2532, Inhaúma, CEP 20.765-110, para deliberar sobre a tomada de contas dos administradores, exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras pertinentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Na forma do art. 1.078, § 1º do Código Civil informa-se que os documentos da assembleia estão à disposição dos sócios na sede da Sociedade. Justino de Oliveira Gomes de Castro - Presidente.

ITAGUAY IMOBILIÁRIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 33.019.654/0001-16 - NIRE 33.300.161.201
Assembleia Geral Ordinária - Convocação. Ficam convocados os acionistas da Itaguay Imobiliária e Participações S.A., a se reunirem no dia 24/10/2024, às 11 hrs, na Praia de Botafogo nº 228, bloco A, 3º andar, nesta cidade - Novotny Advogados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) exame das contas dos administradores e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, encaminhadas a todos os acionistas em 19/04/2024. Rio de Janeiro, 15/10/2024. Administração.

MUCURI AGROPASTORIL LTDA.
CNPJ/ME nº 33.019.696/0001-57 - NIRE 33.200.189.511
Reunião de Sócios - Convocação. Ficam convocados os sócios para se reunirem no dia 24/10/2024 às 12 hrs., na Praia de Botafogo nº 228, Bloco A, 3º andar, nesta cidade - Novotny Advogados, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: i) Ratificação da aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2021. ii) Exame das contas da administração e das demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2022 e 31/12/2023 disponibilizadas aos sócios através de telegrama de 22/08/2024, em atendimento ao disposto no art. 1.078, §1º, da Lei nº 10.406/2002. Rio de Janeiro, 15/10/2024. Administração.

Target Instituição de Pagamento e Securitizadora de Créditos S.A.
CNPJ/ME nº 14.821.124/0001-42 - NIRE 33.3.0030083-0
CONVOCAÇÃO. A Target Instituição de Pagamento e Securitizadora de Créditos S.A. ("Companhia") vem, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/76, convocar seus acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("AGOE") a ser realizada em 24 de outubro de 2024, às 10 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Teams, para tratar das seguintes matérias: (i) as contas dos administradores, relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2023; (iii) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (iv) aprovação da 13ª Emissão de Debêntures Simples da Companhia; e (v) aprovação de aumento de capital. O link de acesso será encaminhado com até 2 dias de antecedência à Assembleia.

PARQUE RESIDENCIAL ESTRADA VELHA
CNPJ nº 29.186.947/0001-10
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PParque Residencial Estrada Velha, situado na Estrada Adhemar Bebiano, 4800 - Engenho da Rainha - RJ, vem convocar seus condôminos, proprietários e/ou seus representantes legais, em dia com suas obrigações condominiais, para Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 22 de outubro de 2024, TERÇA-FEIRA, no play do BLOCO 13, às 19:30h com 2/3 dos condôminos em 1ª convocação ou às 20:00h em 2ª e última convocação, nesta com qualquer número de presentes, para deliberarmos sobre os seguintes assuntos: 1. AJUSTE E APROVAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO 2023/2024; 2. ATUALIZAÇÃO DO CONTROLE DE ACESSO DO PARQUEAMENTO; Fica determinado que cada unidade deverá ser representada por um único condômino, ou seu procurador, legalmente constituído e sua firma reconhecida, por se tratar de poderes especiais, sendo vedada a participação de mais de uma pessoa por unidade. Os condôminos deverão apresentar no dia da assembleia o boleto constante em seu nome ou da pessoa que irá representar, bem como seu documento de identificação, caso contrário não poderão votar nas deliberações. As ausências dos senhores condôminos não os desobrigam de aceitarem como tácita concordância aos assuntos que forem tratados e deliberados. Fica proibida a permanência de crianças no local da assembleia. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 2024. Márcio Barreto - Administrador/2024.

PAZZEN CB HOLDING LTDA
CNPJ 29.261.961/0001-31
Redução do Capital Social. Aos 26 dias do mês de outubro de 2023, os sócios representando 100% do Capital Social da empresa PAZZEN CB HOLDING LTDA, NIRE 33.2.1046516-3, CNPJ 29.261.961/0001-31, se reuniram, na sede da sociedade e decidiram pela redução do Capital Social, através da alteração contratual. O Capital ficara reduzido em R\$ 4.174.300,00, passando de R\$ 5.639.300,00, para R\$ 1.465.000,00. A redução é devido estar o capital excessivo em relação ao objetivo da sociedade.

Fale com quem entende de Publicidade Legal.

- Atas
- Balancos
- Editais
- Avisos
- Comunicados
- Fatos Relevantes

PRESSÃO

Prefeitura de SP vai à Justiça para exigir que Enel restabeleça energia

Paralelamente à ação judicial protocolada pelo governo municipal, o Ministério de Minas e Energia deu à Enel, na segunda-feira, prazo de três dias para resolver o apagão na cidade de São Paulo.

A Prefeitura de São Paulo ingressou com uma ação civil pública no Tribunal de Justiça para que a concessionária Enel restabeleça imediatamente a energia elétrica nos pontos ainda afetados pelo apagão sob multa de R\$ 200 mil em caso de descumprimento da determinação. O pedido ainda será analisado pela Corte.

A companhia tem afirmado que reforçou as equipes próprias em campo, recebeu apoio de técnicos de outras distribuidoras e deslocou profissionais de outros Estados.

A falta de energia elétrica ainda atinge 220 mil imóveis - entre casas e comércios - na capital paulista e na Grande São Paulo, segundo atualização feita pela Enel Distribuição São Paulo na manhã desta terça-feira, 15.

O apagão foi o tema central do debate eleitoral entre os candidatos Guilherme Boulos (PSOL) e Ricardo Nunes (MDB), atual prefeito, realizado pela Band nesta segunda-feira. O prefeito buscou responsabilizar o governo federal, enquanto o deputado acusou a atual gestão de demora na adoção de medidas para restabelecer a ordem. O tema também tem pautado a propaganda eleitoral obrigatória dos dois candidatos.

Paralelamente à ação judicial, o Ministério de Minas e Energia deu à Enel, na segunda-feira, prazo de três dias para resolver o apagão na cidade de São Paulo.

A ação civil pública da Prefeitura tramita na 2ª Vara de Fazenda Pública da capital, assinada pela procuradora-geral do Município, Marina Magro Berings Martinez.

"Os vendavais, de acordo com os registros preliminares,



A companhia tem afirmado que reforçou as equipes próprias em campo, recebeu apoio de técnicos de outras distribuidoras e deslocou profissionais de outros Estados.

propiciaram a queda de 386 árvores. Parte delas, por estarem próximas à fiação elétrica - e, por inércia da Enel, com maneios em atraso, conforme exaustivamente demonstrado ao longo desta demanda -, cau-

saram a interrupção do fornecimento de energia elétrica para mais de 1,6 milhão de pessoas", diz trecho do documento.

A Prefeitura afirma que persiste a "inércia da concessionária federal em apresentar

Plano de Contingência que leve em consideração o montante de árvores em contato com a fiação elétrica ou dentro dos limites da Zona Controlada (cerca de 1/3 do total de árvores situadas em vias públi-

cas), bem assim a alta probabilidade de intempéries climáticas a que a Cidade se sujeita entre os meses de outubro a março, todos os anos".

Quatro dias após o temporal, 49 árvores ainda aguardam a atuação da empresa Enel para que as equipes municipais iniciem o trabalho de remoção e limpeza, de acordo com o poder municipal.

A Prefeitura afirma que acionou a Agência Reguladora de Energia Elétrica (Aneel) e o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as deficiências do serviço público prestado pela Enel.

Esta não é a primeira ação da Prefeitura contra a Enel. Desde o ano passado, a Prefeitura já enviou dois ofícios à Corte de Contas e outros dois à Aneel solicitando medidas efetivas contra a concessionária, maior fiscalização do contrato de concessão e aplicação de multa contra a Enel.

No pico do apagão, mais de 2,1 milhões ficaram sem luz após a tempestade com ventania na noite de sexta-feira, com rajadas que chegaram a 107,6 km/h.

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa, afirmou nesta terça-feira (15) que a agência tem o compromisso de colaborar com as investigações sobre a demora no restabelecimento do fornecimento de energia elétrica depois que um forte temporal, seguido por ventos de mais de 100 quilômetros/hora (km/h), atingiu várias cidades da região metropolitana da capital paulista na última sexta-feira (11).

Faça uma cotação no Diário Comercial e se surpreenda, com o melhor custo-benefício do mercado para publicações legais e financeiras.

Fale com quem entende de Publicidade Legal.

- Atas
- Comunicados
- Avisos
- Editais
- Balanços
- Fatos Relevantes

Diário Comercial
www.diariocomercial.com.br

Instituto Iama
CNPJ/MF nº 09.363.100/0001-57

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

O Instituto Iama, com sede na cidade de São Paulo, capital, na Rua Prof. Carlos Cattony, nº 13, Vila Mariana, devidamente representado por seu Presidente Sr. Marco Luiz Del Matto e Lacerda, vem convocar todos os seus membros para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada na sede, no dia 28 de outubro de 2024, com início às 10h00 horas, em primeira convocação, e às 10h30, em convocação seguinte com a maioria absoluta dos presentes para o voto condecorante, com a seguinte pauta: 1. Deliberar sobre a recomposição da Diretoria por motivo de renúncia.

São Paulo, SP, 11 de outubro de 2024
Marco Luiz Del Matto e Lacerda
Presidente

Banco Inbursa S.A.
CNPJ/MF nº 04.866.275/0001-63 - NIRE 35.300.193.733

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 26 de Julho de 2024

Aos 26/07/2024, às 15h, na sede social do Banco Inbursa de Investimentos S.A. Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. Mesa: Sr. Victor Manuel Aguilera Verduzco - Presidente; e Sra. Bruna Luiza Kummer Weis - Secretária. Deliberações: (I) autorizar, na forma do estatuto, em seu art. 15, a aquisição de carteira de operações comerciais de crédito no montante máximo de US\$ 1.000.000.000,00, através de celebração de uma ou várias operações, incluindo a negociação, celebração e assinatura dos contratos necessários para documentar tais operações, devendo informar, em cada caso, a Assembleia sobre a conclusão respectiva; e (II) autorizar os administradores da Companhia a tomarem todas as medidas e praticarem todos os atos necessários para a efetivação das deliberações ora aprovadas. Encerramento: Nada mais a ser tratado. JUCESP nº 358.603/24-9 em 03/10/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.

Siquem SPE Empreendimentos Imobiliários S.A.
CNPJ/MF nº 14.119.406/0001-00 - NIRE nº 35.300.421-969

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 29/08/2024

Aos 29/08/2024, às 09h, na sede social da Companhia. Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social. Deliberações: (I) aumentar o capital social da Companhia de R\$ 4.461.116,00 para R\$ 8.031.734,00, aumento este de R\$ 3.570.618,00, com a emissão de 3.570.618 novas ações ordinárias, nominativas, ao preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, totalmente subscritas e integralizadas neste ato, em moeda corrente nacional, mediante a capitalização do saldo da conta de reserva legal da Companhia existente até 31/07/2024, nos termos do art. 193, §2º, da Lei das S.A.s, na seguinte proporção pelas acionistas: R\$ 2.499.433,00 pela acionista Tegra Incorporadora S.A. e R\$ 1.071.185,00 pela acionista Maragogipe Investimentos e Participações Ltda., conforme boletins de subscrição no "Anexo I" da presente ata. Em razão do aumento do capital, o Artigo 5º do Estatuto Social passa a vigorar conforme segue: "Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 8.031.734,00, dividido em 8.031.734 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal." (II) aprovar a distribuição de dividendos intermediários às acionistas decorrente do levantamento do balanço patrimonial correspondente à data de 31/07/2024, na proporção das suas respectivas participações no capital social da Companhia, no valor de R\$ 4.000.000,00. (III) consolidar o Estatuto Social, o qual passa a vigorar nos termos da minuta que constitui o "Anexo II" da presente Ata. Encerramento: nada mais a tratar. São Paulo, 29/08/2024. Mesa: Dan Suguio - Presidente da Mesa; Alexandre Wolynec - Secretário da Mesa. JUCESP nº 354.099/24-9 em 26/09/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.

Banco Inbursa S.A.
CNPJ/MF nº 04.866.275/0001-63 - NIRE 35.300.193.733

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 30 de Abril de 2024

Aos 30/04/2024, às 15h, na sede social do Banco Inbursa S.A.. Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. Mesa: Sr. Victor Manuel Aguilera Verduzco - Presidente; e Sra. Bruna Luiza Kummer Weis - Secretária. Deliberações: (I) a aprovação do relatório da administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (II) a manutenção do prejuízo apurado pela Companhia no exercício social encerrado em 31/12/2023, no valor e realizar os procedimentos necessários para regularização das concessões afetadas. Cemitério Consolidação R. Maria Amália Lopes Azevedo, 2930 - Vila Albertina São Paulo - SP, 02350-003 Quadra/Terreno/Cessionários convocados: AV 02 T 07 - JOAQUIM SIMAO; AV 02 T 21 - CECILIA DE MACEDO LOPES; AV 02 T 39 - ANTONIO MESQUITA; AV 02 T 42 - JOSE FRANCISCO DOS SANTOS PINTO; Q 04-M T 30 - RITA MARIA DE CARVALHO; Q 06-M T 61 - S/INFORMAÇÃO; Q 10-A T 97 - ANTONIO PEREIRA; Q 11 T 14 - SALVADOR CERVERA GASCO; Q 11 T 18 - JOSE CERAPOMBA; Q 11 T 20 - AUGUSTO FRANCISCO DA SILVA; Q 11 T 26 - JOAQUIM DA SILVA SOUZA; Q 11 T 52 - DOMINGOS BELIZZI; Q 11 T 66-A - CUSTODIO VIEIRA DE MACEDO; Q 11 T 71 - ANTONIO VILAS BOAS; Q 11 T 89 - BENJAMIM GARCIA; Q 11 T 90 - JOÃO SILVA; Q 11 T 91 - ROBERTO RIBENS DE ALMEIDA; Q 11 T 92 - ANTONIO DE PAULO GONCALVES; Q 11 T 98 - ANTONIO VOLTO; Q 11 T 107 - NICOLA PASQUALE RIZZI; Q 11 T 117 - ANTONIO AUGUSTO AMARO; Q 11 T 119 - JOSE MARQUES JUNIOR; Q 11 T 123 - MERCEDES MOLINA MARCAL; Q 11 T 127 - PROSPERO CAFÉ SIQUEIRA; Q 11 T 128 - MARIA ANGELA R. BATISTA; Q 11 T 133 - BENEDITA GIL VALERIO; Q 11 T 142 - OLIMPIA DA CONCEIÇÃO ALVES; Q 11 T 150 - MARIANA TANARES COUTO; Q 11 T 151 - LEONOR ALVES DE MOURA; Q 11 T 153 - MINA APOLLONIA HANSCH; Q 11 T 154 - ANA CARVALHARI CHIANELLI; Q 11 T 155 - ALIRA SALVADORA DA CRUZ; Q 11 T 156 - FRANCISCO MARCOS DE ALMEIDA; Q 11 T 158 - LUIZ MARCONDES ROCHA; Q 11 T 167 - MANOEL GONCALVES PERRIGLI; Q 11 T 174 - ANTONIA CORREA MACHADO; Q 11 T 175 - MOTOD NISHIGUCHI; Q 11 T 177 - FREDERICO FELIX CALLERO; Q 11 T 180 - JULIA GOMES DA SILVA; Q 11 T 184 - APARECIDA MARIA CIPRIANO; Q 14 T 45 - JOAO DA SILVA FRADE; Q 35 T 42 - JOAO GAMBETA FILHO.

Consolare Concessionária de Cemitérios e Serviços Funerários SPE S/A
CNPJ nº 44.615.216/0001-37

Edital de Chamamento - Cemitério Tremembé

A Consolare Concessionária de Cemitérios e Serviços Funerários SPE S/A, Notifica os cessionários e possíveis sucessores dos terrenos situados no cemitério Tremembé, os quais foram identificados como estando em estado de abandono, para comparecerem à administração do referido cemitério e realizar os procedimentos necessários para regularização das concessões afetadas. Cemitério Consolidação R. Maria Amália Lopes Azevedo, 2930 - Vila Albertina São Paulo - SP, 02350-003 Quadra/Terreno/Cessionários convocados: AV 02 T 07 - JOAQUIM SIMAO; AV 02 T 21 - CECILIA DE MACEDO LOPES; AV 02 T 39 - ANTONIO MESQUITA; AV 02 T 42 - JOSE FRANCISCO DOS SANTOS PINTO; Q 04-M T 30 - RITA MARIA DE CARVALHO; Q 06-M T 61 - S/INFORMAÇÃO; Q 10-A T 97 - ANTONIO PEREIRA; Q 11 T 14 - SALVADOR CERVERA GASCO; Q 11 T 18 - JOSE CERAPOMBA; Q 11 T 20 - AUGUSTO FRANCISCO DA SILVA; Q 11 T 26 - JOAQUIM DA SILVA SOUZA; Q 11 T 52 - DOMINGOS BELIZZI; Q 11 T 66-A - CUSTODIO VIEIRA DE MACEDO; Q 11 T 71 - ANTONIO VILAS BOAS; Q 11 T 89 - BENJAMIM GARCIA; Q 11 T 90 - JOÃO SILVA; Q 11 T 91 - ROBERTO RIBENS DE ALMEIDA; Q 11 T 92 - ANTONIO DE PAULO GONCALVES; Q 11 T 98 - ANTONIO VOLTO; Q 11 T 107 - NICOLA PASQUALE RIZZI; Q 11 T 117 - ANTONIO AUGUSTO AMARO; Q 11 T 119 - JOSE MARQUES JUNIOR; Q 11 T 123 - MERCEDES MOLINA MARCAL; Q 11 T 127 - PROSPERO CAFÉ SIQUEIRA; Q 11 T 128 - MARIA ANGELA R. BATISTA; Q 11 T 133 - BENEDITA GIL VALERIO; Q 11 T 142 - OLIMPIA DA CONCEIÇÃO ALVES; Q 11 T 150 - MARIANA TANARES COUTO; Q 11 T 151 - LEONOR ALVES DE MOURA; Q 11 T 153 - MINA APOLLONIA HANSCH; Q 11 T 154 - ANA CARVALHARI CHIANELLI; Q 11 T 155 - ALIRA SALVADORA DA CRUZ; Q 11 T 156 - FRANCISCO MARCOS DE ALMEIDA; Q 11 T 158 - LUIZ MARCONDES ROCHA; Q 11 T 167 - MANOEL GONCALVES PERRIGLI; Q 11 T 174 - ANTONIA CORREA MACHADO; Q 11 T 175 - MOTOD NISHIGUCHI; Q 11 T 177 - FREDERICO FELIX CALLERO; Q 11 T 180 - JULIA GOMES DA SILVA; Q 11 T 184 - APARECIDA MARIA CIPRIANO; Q 14 T 45 - JOAO DA SILVA FRADE; Q 35 T 42 - JOAO GAMBETA FILHO.

2W Ecobank S.A.
Companhia Aberta
(nova denominação da 2W ENERGIA S.A.)
CNPJ/MF nº 08.773.135/0001-00 - NIRE 35.300.341.252

Edital de Convocação para Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures, em Duas Séries, Sendo a Primeira Série Composta por Debêntures Conversíveis em Ações e a Segunda Série Composta por Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da 2W Ecobank S.A.

Ficam convocados os senhores titulares de debêntures em circulação da primeira série e da segunda série (em conjunto, "Debenturistas") da 2ª (segunda) emissão de debêntures, em duas séries, sendo a primeira série composta por debêntures conversíveis em ações e a segunda série composta por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, da 2W Ecobank S.A., com sede social na Rua Arquêto Olavo Redig de Campos, nº 105, Edifício EZ Towers, Torre A, conjunto 162A - sala 1, Chácara Santo Antônio (Zona Sul), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Emissão", "Debêntures" e "Emissora", respectivamente), emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures, em Duas Séries, sendo a Primeira Série Composta por Debêntures Conversíveis em Ações, e a Segunda Série Composta por Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Restritos de Distribuição, da 2W Energia S.A.", celebrado em 24 de novembro de 2021, conforme aditada, entre a Companhia, o Sr. Ricardo Lopes Delneri, o Sr. Claudio Ribeiro da Silva Neto, o Sr. Maurício José Palmieri Oriandi e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), com intervenção da Sra. Flávia Abreu Ribeiro e da N.I.I. Participações S.A., conforme aditado ("Escritura de Emissão"), para se reunirem em assembleia geral de debenturistas ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 04 de novembro de 2024, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, através da plataforma "Microsoft Teams" nos termos do art. 71, § 2º, da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (1) Aprovação da contratação do Machado Meyer, Sendack e Opice Advogados como assessores jurídicos dos Debenturistas da Primeira Série e dos Debenturistas da Segunda Série ("Assessor Legal"), com escopo de prestação dos serviços jurídicos para auxiliar os Debenturistas no âmbito da renegociação, junto à Companhia, de determinados termos e condições das Debêntures no âmbito da Reestruturação (conforme definido abaixo), nos termos do contrato de prestação de serviços a ser apresentado aos Debenturistas, pelo Assessor Legal, na Assembleia; (2) Aprovação para a celebração do plano de recuperação extrajudicial da Companhia, bem como todos e quaisquer documentos correlatos, para fins da reestruturação das Debêntures proposta pela Companhia na "Proposta de Termos e Condições da Reestruturação das Debêntures Existentes Apresentada pela 2W Ecobank S.A.", na forma do material de apoio disponibilizado pela Emissora em seu site (<https://ri.2wecobank.com.br/>) e pelo Agente Fiduciário em seu site (<https://www.vortex.com.br/investidor/operacao?operacaoDataId=87540&agFiduciario=Vortex>), ("Proposta" e "Reestruturação", respectivamente), e consequentemente, a autorização para que a Companhia e o Agente Fiduciário pratiquem todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à implementação das deliberações referentes à Proposta no âmbito da Emissão; e (3) Aprovação para alterar um dos Jornais da Emissora, que deixará de ser o "Valor Econômico" e passará a ser o jornal indicado na Assembleia, a ser utilizado para divulgação dos atos e decisões a serem tomados no âmbito da Emissão, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão. Informações Gerais: 1. Os Debenturistas interessados em participar da Assembleia por meio da plataforma "Microsoft Teams" deverão solicitar o cadastro para a Emissora e o Agente Fiduciário através dos endereços eletrônicos ri@2wecobank.com.br, agente.fiduciario@vortex.com.br e ahg@vortex.com.br, com antecedência de até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, manifestando seu interesse em participar da Assembleia e solicitando o link de acesso ao sistema ("Cadastro"). A solicitação de Cadastro deverá conter (a) quando pessoa física: documento de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando fundo de investimento: cópia digitalizada do último regulamento consolidado do fundo, estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia e documento de identidade válido com foto do representante legal; e (d) quando representado por procurador: além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração (i) com poderes específicos para sua representação na Assembleia, válida e outorgada há menos de 1 (um) ano contado da data da convocação deste Edital, obedecidas as condições legais, acompanhado de documento de identidade válido com foto do outorgante; (ii) contendo indicação do lugar onde for assinada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos; (iii) com o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, como alternativa ao reconhecimento de firma; e (iv) para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, ser de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante, não havendo margem para a Emissora e o Agente Fiduciário interpretarem o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. 2. Validade a autorização e a regularidade dos documentos pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, após o Cadastro, o Debenturista receberá da Emissora, até 24 horas antes da Assembleia, as instruções para acesso à plataforma. 3. Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com a Emissora (ri@2wecobank.com.br) o Agente Fiduciário, através dos e-mails agente.fiduciario@vortex.com.br e ahg@vortex.com.br. 4. Na data da Assembleia, o link de acesso à plataforma estará disponível a partir de 10 (dez) minutos de antecedência, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Assim, a Emissora recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com pelo menos 10 (dez) minutos de antecedência. 5. A Emissora ressalta que será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência, bem como não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de visualização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Emissora. 6. Este Edital se encontra disponível na página da Emissora (<https://ri.2wecobank.com.br/>) e o Agente Fiduciário (<http://www.vortex.com.br/>). 7. Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 11 de outubro de 2024. 2W Ecobank S.A. - Marcos Guedes Pereira - Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores.

O Diário Comercial é o jornal ideal para suas publicações legais. Possui o melhor custo-benefício e um atendimento ágil.



Fale com quem entende de Publicidade Legal.

- Atas
- Avisos
- Balanços
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes

Diário Comercial

www.diariocomercial.com.br